



ANÁLISE ESTRATÉGICA

ANO 3. NÚMERO 4. SET/NOV 2018



Análise Estratégica

ANO 3. NÚMERO 4 SET/ NOV 2018



CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) é subordinado ao Estado-Maior do Exército e foi criado pela Portaria nº 051-EME, de 14 Jul 03, para estudar e propor políticas e estratégias organizacionais.

EQUIPE

CHEFE

Cel Art Valério Luiz Lange

ANALISTAS

Cel Art Guilherme Otávio Godinho de Carvalho

Cel Art Francisco Carlos Sartorio Estoducto

Cel R1 Bento Paulos Cabral

Cel R1 Dougmar Nascimento das Mercês

COORDENADOR DE PESQUISA

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

ADJUNTO DE INFORMÁTICA

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

AUXILIARES

ST Com Vanderson Martins

Cb Valdeci Pereira Barbosa

Cb Valdeci de Sousa Lima Junior

ANÁLISE ESTRATÉGICA

Análise Estratégica é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Estratégicos do Exército dedicada aos temas que impactam a preparação da Força Terrestre e a Defesa Nacional. Contém artigos preparados pelos pesquisadores do CEEEx e por pesquisadores de outras instituições.

CONSELHO EDITORIAL

Cel Art Valério Luiz Lange

Cel Art Guilherme Otávio Godinho de Carvalho

Cel Art Francisco Carlos Sartorio Estoducto

Cel R1 Bento Paulos Cabral

Cel R1 Dougmar Nascimento das Mercês

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc. Raphael Camargo Lima

REVISÃO TÉCNICA

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc. Raphael Camargo Lima

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

ST Com Vanderson Martins Barbosa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel General do Exército – Bloco A – 1º andar

70630-091 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF

Telefone: (61) 3415-4597

ceeex@eme.eb.mil.br

Disponível em PDF na página eletrônica:

www.ceeex.eb.mil.br

Análise Estratégica. Ano 3. Nº 4. Set-Nov/ 2018. Brasília. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. 43 p.

ISSN:2525-457X (Referente à publicação digital)



SUMÁRIO

Postura Estratégica da Rússia e uso da Força no século XXI 5

Augusto W. M. Teixeira Júnior

O debate sobre transformação militar: o caso da força terrestre da Rússia e os reflexos para seu Complexo Industrial de Militar 21

Peterson Ferreira da Silva

Fronteiras como desafio histórico para o Exército: da geopolítica de Mário Travassos à Defesa do território brasileiro na primeira metade do século XX 33

Fernando da Silva Rodrigues

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Postura Estratégica da Rússia e Uso da Força no Século XXI

Augusto W. M. Teixeira Júnior*

RESUMO

O presente trabalho analisa os condicionantes geopolíticos da postura estratégica da Rússia no século XXI. Foram analisados documentos de Estratégia de Segurança Nacional e de Doutrina Militar. A partir do estudo de casos – como a guerra russo-georgiana, a invasão da Crimeia e a guerra da Síria – pesquisamos a concepção russa sobre o uso da força. O nível doméstico foi explorado por intermédio do debate sobre a reforma militar (*NovyOblik*), fundamental para avaliar a coordenação entre os objetivos de grande estratégia, doutrina militar e políticas públicas no campo da defesa. O estudo apresenta em suas considerações finais aportes para pensar o Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Postura Estratégica; Uso da Força; Geopolítica; Reforma Militar; Rússia.

ABSTRACT

This paper analyzes the geopolitical constraints of Russia's strategic posture in the 21st century. Documents such as the National Security Strategy and the Military Doctrine were analyzed. From case studies – such as the Russian-Georgian war, the Crimean invasion and the Syrian war – we investigated the Russian concept of the use of force. The domestic level was explored through the debate on the military reform (*NovyOblik*), fundamental to evaluate the coordination between grand strategy objectives, military doctrine and public policies in the defense area. In its conclusions, the study presents contributions to reflect about the Brazilian Army.

Keywords: Strategic Posture; Use of Force; Geopolitics; Military Reform; Russia.

*Doutor em Ciência Política (UFPE). Pós-doutorando em Ciências Militares (ECEME). Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB). Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEx) e do INCT-INEU.

Sumário Executivo

A dissolução da União Soviética marcou o início da reinserção da Rússia nas relações internacionais. Ao longo da década de 1990, Moscou viu-se em um acelerado processo de deterioração de seu poder nacional, em especial a vertente militar. No período, a antiga esfera de influência soviética foi paulatinamente sendo absorvida pela expansão da OTAN e da União Europeia. As guerras dos Bálcãs e a guerra civil na Chechênia galvanizam a sensação de derrota, de perda de prestígio e o risco de desintegração territorial. Como resposta, a presidência de Vladimir Putin apontou como estratégia para reposicionar o país no cenário internacional a construção de um mundo policêntrico, no qual a Rússia seria reconhecida como grande potência.

Para a realização do objetivo da grande estratégia russa, documentos de doutrina militar foram articulados aos fins das estratégias de segurança nacional. Tendo ao fundo a maturação dos entendimentos estratégicos e doutrinários ao longo da primeira década de 2000, a guerra russo-georgiana funcionou como a conjuntura crítica que estabeleceu a relação contemporânea entre a postura estratégica da Rússia e a sua concepção sobre o uso da força. O conflito expressou a intenção de Moscou, por meio do emprego da força militar, de frear o processo de desagregação de seu entorno estratégico. Entre os resultados observados, a experiência demonstrou que a Rússia era capaz de influir decisivamente na resolução de questões vitais ao longo de suas fronteiras terrestres. Por outro lado, analistas militares apontaram sérios problemas na aplicação do poder militar por parte de Moscou, destacando o seu atraso em comparação ao grau de profissionalismo, prontidão e tecnologia de países como os EUA e entre outros membros da OTAN.

A partir do estímulo e aprendizado fruto da guerra da Geórgia, o governo de Medvedev deu início às reformas militares que seriam conhecidas como *NovyOblik*. A iniciativa visava modernizar as forças armadas do país, superando o modelo de força baseada na mobilização em massa para uma força calcada na prontidão permanente. A realização desse empreendimento incorporou legados da *Military Technical Revolution* soviética somados ao estudo de lições aprendidas dos processos de transformação militar dos EUA e da OTAN. Entre os resultados das reformas, o sucesso operacional no decorrer da invasão e anexação da Crimeia levou autores a considerar o surgimento da “guerra híbrida” como uma nova forma de beligerância.

Coerente com a postura estratégica russa, calcada no pilar defensivo e ancorada na tríade nuclear como instrumento de dissuasão interestatal (*deterrence*), a Rússia percebeu que o seu estado de atraso tecnológico diante de seus concorrentes teria que ser enfrentado por meio de respostas com ênfase na assimetria. Nesse sentido, ao invés de uma ruptura, a conduta da guerra russa se baseia no princípio soviético da *maskirovka*. Na última década, o país desenvolveu estratégias coercitivas baseadas no emprego integrado de meios cinéticos e não-cinéticos, aplicadas nos domínios de operações e expressões do poder nacional, com destaque para o campo informacional.

Contemporaneamente a *NovyOblik* passa por revisões, inclusive voltando atrás em aspectos da reforma organizacional empreendida durante o governo Medvedev. Contudo, apesar das dificuldades da indústria de defesa e da economia russa, foram desenvolvidas novas capacidades, como a projeção de poder baseada em plataformas aeronavais. Ademais, tem-se desenvolvido na Síria a *expertise* de projetar uma força expedicionária para além das fronteiras russas.

Postura Estratégica da Rússia: Evolução da Doutrina Militar

Para o entendimento do comportamento estratégico russo na contemporaneidade, faz-se necessária uma leitura de sua geopolítica. Citando Soloviev, Sushentsov (2015) afirma que a geografia é a madrastra da história russa. Em termos geográficos, ela é o maior país do mundo, com fronteiras terrestres com 14 países¹, bordeando os oceanos Atlântico, Ártico e o Pacífico. Apesar da extensão do país, é um dos menos povoados na Europa (RAMOS, 2017). A tendência demográfica declinante somada a enormes vazios demográficos adiciona-se ao problema de uma composição multiétnica com grupos de tendências separatistas.

O medo de invasões atrelado à falta de obstáculos naturais é outro componente da cultura estratégica russa que contribui para o entendimento de suas vulnerabilidades e comportamento (ROMANA, 2016). Para Sushentsov (2015), a ausência de barreiras naturais levou a Rússia a historicamente criar obstáculos artificiais; quando isso não era possível, optava-se pela criação de zonas tampão entre seu espaço nacional e potenciais agressores. O condicionante geográfico também está por trás do tradicional uso da profundidade estratégica do território como componente tático contra invasores. Como um paradoxo, a imensidão do país contrasta substantivamente com a sua percepção de cerco e de risco, aspectos perenes em sua cultura estratégica (ROMANA, 2016).

Segundo MacKinley (2009), a percepção de segurança da Rússia deteriorou-se entre os anos 1990 e 2000, pois nesse período os EUA e os países da OTAN passaram a se projetar cada vez mais para o Cáucaso em busca de novos fornecedores de energia ou de passagens que contornassem o território russo. O quadro de vulnerabilidades é potencializado quando se observa a dependência do país na pauta de exportação

¹ São eles: Noruega, Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia (Kaliningrado), Bielorrússia, Ucrânia, Geórgia, Azerbaijão, Cazaquistão, China, Mongólia e Coréia do Norte.

de petróleo e gás (PEREIRA e PEDONE, 2013), ligando-o necessariamente a geopolítica energética das rotas de gasodutos e oleodutos ao longo da Eurásia.

O começo da presente década foi marcado pela proliferação das denominadas Revoluções Coloridas. Revoltas civis contribuíram para mudanças de governo e de regime em países do Oriente Médio e Europa. Dentre esses casos, a crise da Ucrânia teve entre os seus desdobramentos a invasão e posterior anexação da Crimeia por parte da Rússia. Vendo-se ameaçada pelo progressivo avanço da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o interior de sua zona de influência histórica², a Rússia tem adotado uma postura estratégica predominantemente defensiva, mas sem descurar da possibilidade de emprego da força militar e da dissuasão nuclear como instrumentos para a realização dos objetivos políticos de Moscou.

De forma complementar aos elementos históricos e geopolíticos por trás da postura estratégica e do uso da força da Rússia, é possível compreender o seu comportamento à luz da evolução de seus documentos de segurança e defesa. Buscando adaptar-se e responder a mudança do ambiente de segurança no final dos anos 2000, especialmente aos eventos traumáticos para o prestígio russo nos Bálcãs³, a *National Security Concept of the Russian Federation*⁴ (RUSSIAN FEDERATION, 2000) tinha como objetivo guiar os esforços do país para

²Entre os países da antiga área de influência russa sob a União Soviética, listamos: Albânia, Bulgária, Croácia, República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Montenegro, Polônia, Romênia, Eslováquia, Eslovênia. "NATO MEMBER COUNTRIES", disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/nato_countries.htm>, Acesso 27 ago. 2018.

³Com destaque para a Guerra da Bósnia (1993-1995) e a Guerra do Kosovo (1998-1999). Em ambos os casos, o país aliado de Moscou, no caso a Iugoslávia/Sérvia, sofreu derrota contra o poder militar da OTAN, resultando na perda territorial e posterior alargamento da Organização Atlântica, cada vez mais próximo da Rússia.

⁴ Os documentos oficiais russos aqui analisados são traduções do russo para a língua inglesa, por isso decidimos mantê-los em inglês.

frear o declínio de seu prestígio e poder nacional (MORALES, 2009). No referido documento, destacamos o objetivo da Grande Estratégia⁵: com a construção de um mundo multipolar buscar o reconhecimento e reposicionamento da Rússia como grande potência.

De relevância compartilhada entre as gestões Putin (2000 – 2008 e 2012 – presente) e Medvedev (2008 – 2012), na *National Security Strategy of the Russian Federation until 2020*, lançada em 2009 – na seção sobre “Interesses Nacionais e Prioridades” – é apontado como objetivo alcançar o *status* de potência global, orientada para a manutenção da estabilidade estratégica e de parcerias mutuamente benéficas no mundo multipolar (MORALES, 2009). Na versão de 2015 da Estratégia de Segurança Nacional, lê-se entre os interesses nacionais e prioridades nacionais,

Consolidating the Russian Federation's status as a leading world power, whose actions are aimed at maintaining strategic stability and mutually beneficial partnerships in a polycentric world. (RUSSIAN FEDERATION, 2015).

Autores como Morales (2009) e Sushentsov (2015) apontam que no primeiro mandato do presidente Putin os documentos de segurança e defesa refletiam a intenção em buscar a cooperação entre Moscou e Washington. Contudo, a busca pela parceria estratégica com os Estados Unidos foi comprometida ao longo dos anos 2000, chegando ao seu pior estágio na presente década. Ao dissertar sobre a presença da Rússia no mundo moderno, a *National Security Strategy*, afirma que:

The Russian Federation's implementation of an independent foreign and domestic policy is giving rise to opposition from the United States and its allies, who are seeking to retain their dominance in world affairs. The policy of containing Russia that they are implementing

⁵ Já nos anos 1990 o Chanceler Primakov sustentava a ideia de um mundo multipolar (DALL'AGNOL, ZABOLOTSKY, MIELNICZUK, 2018). Posen (1984, p.07) define grande estratégia como “that collection of military, economic, and political means and ends with which a state attempts to achieve security”.

envisions the exertion of political, economic, military, and informational pressure on it. (RUSSIAN FEDERATION, 2015)

Três aspectos devem ser apontados: (1) a percepção por parte de Moscou de um emergente mundo policêntrico, no qual a Rússia deve se destacar; (2) a nova configuração de polaridade seria acompanhada pelo declínio dos Estados Unidos e de seus aliados; (3) não obstante esteja em curso uma maior distribuição de poder e surgimento de novos polos, observa-se o aumento de contradições em termos de desenvolvimento e capacidades entre os países concomitante a emergência de um amplo espectro de instrumentos políticos, econômico-financeiros e informacionais na arena internacional (RUSSIAN FEDERATION, 2015). Enquanto os documentos de Doutrina Militar normalmente não mencionam explicitamente os EUA e a OTAN, a Estratégia de Segurança Nacional não apenas os cita, como atribui a eles a responsabilidade por erodir o sistema de segurança global⁶.

A despeito da relevância dos documentos supracitados, o *The Military Doctrine of the Russian Federation* (RUSSIAN FEDERATION, 2014) reveste-se de importância singular por ter sido lançado no mesmo ano em que se deu a invasão da Crimeia (2014), evento que resultaria na posterior anexação desse território pela Rússia em 2015. Em sua definição sobre as condições para o uso da força, a Doutrina justifica o emprego do poder militar para a proteção dos interesses nacionais russos e de seus aliados. Entretanto, como postura estratégica defensiva, o uso da força se daria mediante o esgotamento de meios não-violentos de resolução de controvérsias.

O panorama internacional a partir do qual a Rússia propõe a sua Doutrina Militar é percebido como se caracterizando pela competição global e conflito violento. Na

⁶ A crítica russa compreende duas vertentes de atuação dos EUA/OTAN: modernização de sistemas de armas ofensivos (missilísticos), a militarização e a corrida armamentista em regiões adjacentes da Rússia (RUSSIAN FEDERATION, 2015).

economia política internacional, a rivalidade em relação a valores e modelos de desenvolvimento, e a instabilidade nos processos de desenvolvimento econômico e político se somam ao quadro de complicações nas relações internacionais nos níveis global e regional. Entretanto, é nesse mesmo cenário internacional que a Rússia observa a distribuição de influência para novo centros de crescimento econômico e de atração política (RUSSIAN FEDERATION, 2014).

Por sua vez, a emergência de um sistema multipolar é acompanhada pelo reforço a tendência de autoajuda do sistema internacional (WALTZ, 2002). Moscou observa que a arquitetura do sistema internacional não garante segurança a todos os estados igualmente. Mais importante: vários conflitos internacionais não resolvidos são vistos como se situando nas bordas da Federação Russa. Diante desse quadro, a Doutrina expõe as suas definições sobre *riscos militares externos*⁷. Listamos os principais a seguir⁸:

- desdobramento de contingentes militares de países estrangeiros em territórios contíguos à Federação Russa e de seus aliados, tal como em águas adjacentes com objetivo de exercer pressão político-militar contra a Federação Russa;
- estabelecimento ou desdobramento de sistemas de defesa de mísseis estratégicos, comprometendo a estabilidade global e violando o equilíbrio de forças estabelecido referente a mísseis nucleares;
- implementação do conceito de *Global Strike*, tal como a intenção de inserir armas no espaço exterior, bem como o desdobramento de sistemas

estratégicos não nucleares de alta precisão;

- reclames territoriais contra a Federação Russa e seus aliados e interferência contra seus assuntos domésticos;
- proliferação de armas de destruição em massa, mísseis e tecnologias de mísseis;
- violação ou *no-compliance* de tratados internacionais sobre proibição, limitação ou redução de armas;
- uso de força militar nos territórios contíguos à Federação Russa;
- existência ou emergência de conflito armado ou escalonamento desses conflitos em territórios contíguos a Federação Russa e de seus aliados;
- crescimento do extremismo global, como o terrorismo;
- existência (emergência) de tensões inter-étnicas e interconfessionais;
- uso de tecnologias de informação e comunicação para fins militares e políticos;
- estabelecimento de regimes, cujas políticas ameacem os interesses da Federação Russa em estados contíguos à Federação Russa; e
- operações subversivas realizadas por serviços ou organizações especiais de estados estrangeiros ou de suas coalizões contra a Federação Russa.

Entendendo que os riscos supracitados estão relacionados a fatores que podem levar a uma condição de ameaça. A Doutrina não menciona explicitamente os EUA ou a OTAN, mas várias passagens se referem diretamente a ambos. O “desdobramento de forças convencionais e especiais de países hostis próximos da Rússia ou de seus aliados”, tal como “reclames territoriais e

⁷Definição de risco: “(b) military risk is a situation in the inter-state or intra-state relations characterized by the totality of factors which can lead to a military threat under certain conditions;” (RUSSIAN FEDERATION, 2014).

⁸Extraído de “12. The main external military risks” (RUSSIAN FEDERATION, 2014).

interferência em assuntos domésticos”, “estabelecimento de regimes hostis a Moscou” e o “uso da força contra seus aliados” ocorreram ao longo da expansão da OTAN desde o final da Guerra Fria. Essas seriam iniciativas que reforçam a percepção de cerco por parte de Moscou (Anexo 2). A instalação de sistemas de defesa antimíssil em seu entorno estratégico, a adoção do conceito de *Global Strike* pelos EUA, o desdobramento de meios militares no espaço tal como a acusação de violação de tratados de controle e limitação de armas são críticas recorrentes da Rússia contra o comportamento dos EUA no tocante à manutenção do equilíbrio estratégico nuclear. Por último, ameaças irregulares, como terrorismo, extremismo religioso e cisões interétnicas e confessionais nos territórios limítrofes à Rússia são vistos com potencial efeito contágio em seu próprio território, constituindo na prática num problema de segurança interméstico.

A Doutrina Militar Russa de 2014 entende que os principais *riscos militares internos* são⁹:

- atividades que visem mudar, pela força, o sistema constitucional russo;
- a desestabilização da situação política e social doméstica do país;
- a interrupção do funcionamento dos órgãos de Estado;
- atividades terroristas voltadas a minar a soberania e violar a integridade territorial russa; e
- ações subversivas de informação contra a população para provocar tensões entre etnias e tensões sociais.

Ao lado de riscos tradicionais, como o de escalada nuclear ou o uso da força militar contra aliados, desde o colapso da União Soviética riscos e ameaças internos tem proporcionado as principais situações de utilização de forças militares e intermediárias

dentro da Federação Russa. A Doutrina Militar russa abraça o entendimento de que para a realização dos interesses nacionais de seus contendores estratégicos, os mesmos poderão lançar mão de meios nas mais variadas expressões do poder nacional. Operações de informação, psicológicas e cibernéticas são concebidas no sentido de afetar a estabilidade do regime, desestabilizar a sociedade e gerar disrupção no aparelho do Estado. Note-se que esse entendimento sobre o emprego de meios não-cinéticos na condução de operações de poder entre Estados foi exemplificado pela campanha da Rússia na Ucrânia, mesmo ano de lançamento da versão da Doutrina Militar aqui estudada.

Outro aspecto que se deve ter em conta é que o emprego da força militar e de meios não-violentos por parte da Rússia se subordina à lógica política da consecução dos interesses nacionais. As experiências militares do país na Ucrânia (2014 – presente) e na Síria (2015 – presente) consolidam o emprego do uso da força como instrumento coercitivo do Estado. Distinto do objetivo da destruição física do oponente, o pensamento estratégico convencional russo move-se a favor da coerção como racionalidade orientadora do emprego da violência subordinada à política. O objetivo defensivo, como a manutenção da integridade da sua zona de influência pós-soviética baseia a lógica do uso da força para impedir possíveis perdas geopolíticas. Assim o foi na Geórgia (Ossétia do Sul), Ucrânia (Donbass e Crimeia) e Síria (Tartus). Coerente com os objetivos e visões da Doutrina Militar Russa de 2014, a realização de exercícios militares em suas fronteiras também contribuiu para a relação política-força. Representativo dessa assertiva são os exercícios como o *Zapade Vostok*, empreendidos respectivamente pelo Comando Operacional Conjunto do Ocidente (IISS, 2017) e pelo Comando Operacional Conjunto Leste.

⁹Extraído de “13. The main internal military risks” (RUSSIAN FEDERATION, 2014).

Finalmente, o documento entende que as *principais ameaças externas* à Federação Russa consistem nos seguintes pontos¹⁰:

- agravamento drástico da situação político-militar (interestatal) e criação de condições para o uso da força militar;
- impedir a operação de sistemas de governo, comando e controle militar da Rússia;
- interrupção do funcionamento das forças estratégicas nucleares, sistemas de alerta, sistemas de monitoramento espacial, entre outros; e
- criar e treinar unidades militares ou paramilitares ilegais, tal como suas atividades no território russo ou de seus aliados.

Em síntese, entende-se que a conversão de riscos em ameaça passa pela deterioração das condições de segurança, para além da possibilidade de irrupção de crise para a sua rápida transmutação em conflito armado. Destaca-se na lista acima que a principal ameaça à Federação Russa consiste fundamentalmente na criação de condições, por parte de seus antagonistas, da negação do emprego do seu sistema de decisão político-militar e consequente bloqueio ao uso da força. Ou seja, a paralisia estratégica é vista pela Rússia como a principal ameaça no panorama militar, a qual resultaria no colapso das capacidades defensivas e dissuasórias de Moscou. Esse entendimento incorpora em sua avaliação de ameaças que o poder militar é operado de forma conjunta nos mais variados domínios de operações, com o emprego de meios cinéticos e não-cinéticos orientados a quebrar a vontade de lutar do oponente¹¹. De acordo com a Doutrina:

¹⁰Extraído de “14. The main military threats” (RUSSIAN FEDERATION, 2014).

¹¹ De acordo com Sushentsov (2015), a concepção russa de uso da força visa a produzir em seus adversários o mesmo efeito estratégico que entende como ameaça para si. Essa interpretação se sustenta na leitura do ponto 15. da Doutrina Militar Russa, que

11. There is a tendency towards shifting the military risks and military threats to the information space and the internal sphere of the Russian Federation. At the same time, despite the fact that unleashing of a large-scale war against the Russian Federation becomes less probable, in a number of areas the military risks encountered by the Russian Federation are increasing. (RUSSIAN FEDERATION, 2014)

Da análise dos objetivos e perspectivas russas nos documentos de segurança nacional e doutrina militar se denota uma dupla possibilidade quanto ao entendimento de seu comportamento estratégico. Seguindo a tradição de Kennan (2003), é possível afirmar que a postura estratégica russa seja predominantemente ofensiva. Analistas como Olikier (2016) criticam o que consideram a falta de clareza sobre a concepção russa e a sua postura estratégica e o uso da força. Segundo Olikier (2016), “Russia’s strategy is about increasing Russian power, at home and abroad.”. Essa orientação pode ser lida à luz do neorrealismo ofensivo (MEARSHEIMER, 2001), no sentido de classificá-la como a busca por prestígio e poder, podendo levar o Estado a incorrer em ações que ao final, reduzam a sua própria segurança. Entre o que entende a versão oficial sobre a postura estratégica russa e aquilo que seus contendores percebem, sobra um grande espaço para falhas de percepção.

De acordo com autores como Sushentsov (2015), prepondera a dimensão defensiva na postura estratégica russa. Além da análise de Sushentsov (2015), o qual assevera que a concepção estratégica russa e, por conseguinte sua doutrina, é essencialmente defensiva, a seção sobre Política Militar da Federação Russa da *Russian Military Doctrine* (RUSSIAN FEDERATION, 2010) afirma que a principal missão da Federação Russa é deter e prevenir conflitos militares, tal como a prevenção de conflitos nucleares (RUSSIAN FEDERATION, 2010). A mesma orientação

versa sobre as características e especificidades dos conflitos armados atuais (RUSSIAN FEDERATION, 2014). Abordaremos essa concepção na próxima seção.

defensiva e dissuasória é percebida nas edições de 2014 e 2015 da *Russian Military Doctrine* e da *Russian National Security Strategy*, respectivamente.

Segundo a presente análise, percebe-se uma coerência entre os documentos de Estratégia Nacional de Segurança e de Doutrina Militar da Rússia. Ambos se subordinam a realizar, dentre outros, o objetivo de firmar a Rússia como polo de poder num mundo multipolar, acompanhado pelo reconhecimento de seu *status* como grande potência¹².

Uso da Força: Reformas e Modernização Militar

Conforme observado anteriormente, a postura estratégica russa é preponderantemente defensiva e calcada no pilar nuclear com fins de dissuasão no sentido de *deterrence*. Porém, essas características não afastam hipóteses ofensivas quanto ao emprego do poder militar. Domesticamente a vertente ofensiva do uso da força ganha corpo no combate a grupos irregulares.

Na gestão de Sergei Ivanov (2001 – 2007), primeiro civil a ocupar o cargo de Ministro da Defesa da Rússia (MACKINLAY, 2009), o Ministério passou a abordar mais atentamente a guerra assimétrica. Percebeu-se então uma mudança na ênfase de guerras de grande escala e alta intensidade para conflitos assimétricos (HAAS, 2011). Esse processo evidenciaria ainda mais a ambiguidade e tensão entre o entendimento por parte do governo russo sobre a mudança do padrão de conflito armado (assimétrico e irregular) em oposição à percepção de uma crescente ameaça convencional por parte da OTAN. Para melhor compreender a questão da concepção

¹² Observe que na Estratégia de Segurança Nacional da Rússia (RUSSIAN FEDERATION, 2015) estabelece uma relação entre o aumento da instabilidade internacional e a crescente tomada de responsabilidades por suas regiões por parte de alguns estados.

russa quanto ao uso da força se faz necessário analisar como Moscou percebe as características dos conflitos armados para os quais deve se preparar.

Tal como na Doutrina Militar de 2010, a versão de 2015 apresenta em seu ponto 15 um conjunto de características e especificidades dos conflitos contemporâneos¹³. Dentre essas destacamos:

- o uso integrado de meios cinéticos e não cinéticos;
- uso de forças de operações especiais e da população (opinião pública);
- emprego maciço de sistemas militares avançados (armas de alta precisão e hipersônicas);
- meios de guerra eletrônica e armamentos com efeitos similares a armas nucleares;
- sistemas de controle e informação, tal como vasto uso da robotização da guerra;
- capacidade de exercer pressão contra o inimigo em todos os domínios simultaneamente;
- estabelecimento de zonas de operações militares permanentes nos territórios de ambos os lados em conflito;
- participação em operações de unidades militares irregulares e companhias militares privadas; e
- uso de métodos de operação indiretos e assimétricos; emprego de forças políticas e associações públicas financiadas e guiadas por atores externos.

A ampla disponibilidade de meios, militares ou não, para afetar o comportamento

¹³Extraído de “15. Characteristic features and specifics of current military conflicts are:” (RUSSIAN FEDERATION, 2014).

de competidores tem levado a mudanças na conduta das operações militares. Como exemplificado pelo famoso conceito de “Guerra Híbrida”¹⁴ (LEAL, 2016), destaca-se como as fronteiras entre paz e guerra são ofuscadas na compreensão da Rússia sobre operações militares contemporâneas. Segundo a análise do *International Institute for Strategic Studies*,

Russian conduct of hybrid warfare is grounded in maskirovka, the Soviet doctrine of denial and deception, featuring deniability, concealment, deception and disinformation, to accomplish political objectives. The current incarnation of maskirovka has received modern updates. Today, Russia has developed an ability to shape political, economic and social environments through division, subversion, espionage, information operations and social tension. (IISS, 2015, p. 18)

Representativo da ideia de Maskirovka, segundo a Estratégia de Segurança Nacional da Rússia de 2015 (RUSSIAN FEDERATION, 2015), países aspiram utilizar tecnologias informacionais e de comunicação para atingir seus objetivos geopolíticos. Nesse sentido, o entendimento russo sobre a esfera informacional merece atenção, especialmente diante da preferência pelo recorte cibernético no ocidente¹⁵ (SLOAN, 2012). Outra característica a qual se deve frisar é o entendimento da combinação de meios estatais (forças convencionais ou especiais) e privados (companhias militares

privadas) como integrantes de operações militares contemporâneas. A participação de agentes do Estado em operações militares de unidades irregulares é bem exemplificada pelo fenômeno dos “little Green men” durante a invasão da Crimeia em 2014¹⁶.

Não obstante a leitura russa sobre os conflitos armados contemporâneos seja sensível às operações militares não-convencionais, o pensamento estratégico russo ainda tem as armas nucleares como o principal fator a prevenir a escalada nuclear numa guerra regional ou em grande escala. Essa dualidade – ameaças de característica irregular, preponderantemente interna, e riscos convencionais primordialmente externos – impactou severamente nos desafios de Moscou para definir o equilíbrio, o desenho e a composição de suas forças armadas. Para melhor entender o processo pelo qual Moscou buscou amparar a sua postura estratégica em capacidades para o uso da força, analisamos a seguir as reformas militares de Putin e Medvedev.

Segundo MacKinlay (2009), as reformas militares responsáveis pelo atual processo de modernização das Forças Armadas da Rússia devem-se fundamentalmente à liderança dos presidentes Putin e Medvedev para recuperar as forças como instrumento de prestígio da Rússia. Conforme discutido em momentos anteriores, a década de 1990 foi traumática para o país. Seguido ao colapso da União Soviética e a severa crise econômica, política e social instalada no decorrer da adaptação ao modo de produção capitalista, o presidente Yeltsin optou por reduzir poder e capacidade operacional dos militares (MACKINLAY, 2009; HAAS, 2011).

Buscando assegurar a estabilidade política de seu governo contra revezes

¹⁴Citando Rácz, Leal (2016, p. 11) afirma que “o General Valery Gerasimov, então Chefe do Estado-Maior da Federação Russa, referindo-se à Primavera Árabe, descrevera uma nova forma de guerra, por ele denominada *new generation warfare*, a qual esse militar considera como a concentração no emprego combinado de métodos diplomáticos, econômicos, políticos e outros métodos não militares, em vez de lutar uma guerra aberta. O General, conforme Rácz, prevê o uso subreptício da força, como unidades paramilitares insurgentes e civis, e salienta a necessidade de recorrer-se a métodos indiretos e/ou assimétricos. O pesquisador prossegue afirmando que, de acordo com o Gerasimov, as regras da guerra mudaram, aumentando a importância dos meios não militares para alcançar objetivos políticos e estratégicos, sendo que esses meios, frequentemente, são mais eficientes do que apenas o uso das armas.”

¹⁵ Sobre a diferença entre a abordagem informacional e a cibernética, ver Lonsdale (1999).

¹⁶ Segundo Pifer (2014), a expressão “Little Green men” diz respeito a “the appearance in Crimea and eastern Ukraine of seemingly professional soldiers in Russia-style combat uniforms with Russian weapons but without identifying insignia. Ukrainians coined the term ‘little green men’ when such soldiers first manned roadblocks and seized strategic points on the Crimean peninsula.”

autoritários por parte das forças, a decisão de Yeltsin fragilizou o componente militar do poder nacional, que provaria ser catastrófico para a reinserção da Rússia no cenário internacional pós Guerra Fria. Entre 1993 e 1999, as guerras ligadas à fragmentação da Iugoslávia resultaram na redução do prestígio russo, o que seria amplificado pela expansão da OTAN e a inserção de países antes da URSS na União Europeia. Domesticamente, a primeira guerra da Chechênia (1994-1996) mostrou que o país não dispunha de capacidades para vencer uma guerra irregular dentro do seu próprio território. Em termos de poder militar convencional, o cenário também não era animador. De acordo com Haas (2011), ainda por volta de 2006, a utilização de equipamentos militares modernos nas forças russas compunha cerca de 20% do total, enquanto que nas forças da OTAN era de cerca de 70%. Dentre os motivos que as capacidades convencionais russas eram expressivamente inferiores às da OTAN estava a opção do país em priorizar os recursos orçamentários para forças de dissuasão nuclear, em detrimento de forças convencionais (HAAS, 2011). Somavam-se a essa decisão características do sistema de defesa russo, como a alocação de recursos para a sustentação do complexo industrial militar, pagamento de salários e manutenção de instalações (Ibidem).

Diante do cenário acima, o primeiro mandato do presidente Putin (2000-2008) deu início à recuperação do poder militar russo (MAcKINGLAY, 2009). Ao invés de priorizar inicialmente a modernização do arsenal convencional, Putin direcionou recursos para Pesquisa e Desenvolvimento. No campo organizacional, empreendeu reformas para mudar a organização e divisão dos distritos militares russos, o que resultou posteriormente na formação de comandos estratégicos conjuntos (Anexo1).

Entretanto, após a guerra russo-georgiana de 2008, importantes lições para a modernização militar russa foram absorvidas. Primeiramente, a guerra em questão marca o retorno da Rússia a uma posição de força nas relações internacionais (HAAS, 2011). As características do conflito armado e o seu

resultado deixaram claro que a Rússia poderia influir de forma decisiva em sua periferia, especialmente por meio do desdobramento e emprego de forças terrestres e aéreas em sua vizinhança. Entretanto, observadores russos (SUSHENTSOV, 2015) e ocidentais (MAcKINGLAY, 2009; HAAS, 2011; SLOAN, 2012) destacaram falhas na condução das operações militares: problemas de coordenação de armas, falhas de comunicação e reconhecimento, tal como o emprego de material bélico caudatário da época soviética. O uso da força contra a Geórgia funcionou como um choque externo e impulsionou as reformas militares do período Medvedev, as quais ficaram conhecidas como “New Look” (NovyOblik) (SUSHENTSOV, 2015; IISS, 2018).

Logo após o término do conflito e da avaliação do mesmo, o presidente Medvedev buscou acelerar os planos de modernização militar. Entre as iniciativas, priorizou-se o reforço do volume de gastos e a estabilidade orçamentária do *State Armaments Programme* (GPV) no GPV-2015 (2007-2015)¹⁷ (HAAS, 2011). No GPV-2020, Medvedev instituiu como uma das metas centrais a modernização dos seguintes sistemas: armas nucleares, capacidade espacial, defesa aérea, C4¹⁸, caças de quinta geração e nas belonaves (HAAS, 2011). Abaixo, listamos os principais efeitos desejados com as reformas militares:

- melhorar a prontidão das Forças Armadas da Rússia;
- substituição dos seis distritos militares, baseados na orientação da

¹⁷Apesar dos esforços de modernização russos, a dependência de sua economia em *commodities* fósseis deixa o país suscetível às flutuações do mercado internacional, o que afeta o ritmo da modernização. Outro problema consiste em que, embora a Rússia figure atualmente como o quarto maior orçamento de defesa, com cerca de 61 bilhões de dólares, o percentual dos gastos de segurança e defesa no percentual do orçamento total correspondem a cerca de 4,2. % do produto interno bruto. Para uma economia menor que a brasileira, esse perfil de gastos corresponde a um esforço expressivo no setor defesa, com possíveis sacrifícios em outras áreas de política e com dúvidas sobre a sua sustentabilidade (IISS, 2018).

¹⁸ Comando, Controle, Comunicações e Computadores.

força terrestre, para quatro comandos estratégicos conjuntos¹⁹ (Ocidente, Sul, Central e Oriente);

- adoção das brigadas como unidades de combate padrão, abolição de divisões e regimentos;
- formação de uma brigada aerotransportada como força de ação rápida em cada distrito militar/comando estratégico conjunto;
- reduzir o quadro de oficiais sêniores e aumentar o número de oficiais Juniors e criar uma nova categoria de oficiais não-comissionados;
- redução de cargos no Ministério da Defesa e Quartéis Gerais; e
- preferência por armas nucleares em detrimento de armas convencionais, incrementar a prontidão de combate assim como a prioridade nas aquisições (HAAS, 2011).

Destacamos como os objetivos da “New Look” apontam para uma força muito semelhante à dos EUA no ápice de seu processo de transformação militar. Contudo, ao invés da simples emulação, a perspectiva russa sobre mudança militar se inspira também ao retorno das ideias do Marechal Nikolai Ogarkov, criador da *Military-Technical Revolution*, antecessora da Revolução nos Assuntos Militares (RAM). Orientada a enfrentar os problemas encontrados na guerra russo-georgiana de 2008, a *NovyOblik* tinha em seu horizonte a reestruturação e rearmamento das forças armadas da Rússia. De acordo com o *The Military Balance* (2017), buscava-se mover as forças de um modelo de mobilização de massa para um modelo calcada na prontidão permanente, mais enxuto e dotado de capacidade expedicionária. A capacidade de

projetar força, desdobrá-la no terreno e empregar poder militar no teatro de operações sírio é representativo do êxito russo em modernizar suas capacidades militares, galgando maior grau de profissionalismo e prontidão (IISS, 2017).

No decorrer do período 2008 a 2018, o país continua o seu processo de reforma, experimentando mudanças no desenho das forças e composição dos efetivos. Nessa linha, realçamos a importância do Ministro da Defesa Shoigu (2012 – presente) no processo de revisão da *NovyOblik*. Entre os principais recuos da orientação anterior da reforma militar, listamos três: revisão do módulo brigada e de sua centralidade no desenho de força; retorno ao aumento do efetivo militar e; retorno a estruturas como Divisão e Exércitos (IISS, 2017). Se por um lado a administração de Shoigu revê o direcionamento da *NovyOblik* para padrões estranhos ao entendimento canônico sobre transformação militar (SLOAN, 2008), a Rússia continua no caminho de construir capacidades militares novas - armas de energia direta e *Big Data*— e aprimorar as já existentes —como os sistemas espaciais (IISS, 2015, 2018). Exemplo desse processo, enquanto os Estados Unidos desejam criar uma sexta força (espacial), a Rússia deseja unificar as operações aéreas e espaciais sob a concepção de domínio aeroespacial (BODNER, 2018).

Embora a economia russa e a indústria de defesa tenham dificuldades em seguir o ritmo dos *State Armament Programmes*, a modernização russa contribui para a sensação nos EUA de que a sua dianteira tecnológica e em capacidades militares está sendo erodida por competidores paritários. Os esforços de modernização da tríade estratégica russa e a construção de capacidades anti-acesso e de negação de área (A2/AD), especialmente na sua fronteira ocidental, são representativos do desafio russo nesta fase do século XXI.

¹⁹Ao lado dos quatro comandos estratégicos conjuntos (distritos militares) soma-se o Comando Estratégico Conjunto da Frota do Norte. Ver Anexo 2.

Considerações para o Exército Brasileiro

A despeito de Rússia e Brasil se encontrarem em tabuleiros estratégicos muito diferentes, algumas semelhanças e aprendizados podem ser observados. Como o Brasil, a Rússia tem um território continental com uma extensa projeção terrestre (fronteira com 14 países) e marítima (Ártico, Atlântico e Pacífico). Os seus principais desafios de segurança, elencados no artigo como “riscos”, encontram-se dentro do país ou próximos de suas fronteiras. Apesar de distribuir suas tropas e bases pelo território, o país também exibe uma concentração de efetivos e equipamento moderno porção ocidental da Rússia, região mais desenvolvida e povoada do território²⁰.

Um primeiro aprendizado que destacamos consiste na coordenação entre objetivos de grande estratégia e a expressão do poder militar (Ministério da Defesa e Forças Armadas). Conforme analisado, no início de 2000 foi cristalizado o objetivo de assegurar a integridade do território russo e de seus aliados e de reposicionar a Rússia na hierarquia de potências, valendo-se de sua participação na criação de um mundo multipolar. Com o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa em 2008, o Brasil se colocou o objetivo de elevar-se à condição de grande potência, reconhecida pelas demais. Com isso ditou a missão de elevar o patamar das forças ao nível do objetivo político. Ambos os países iniciaram processos de mudança militar. No Brasil, a Nova Defesa foi perseguida pelas três forças sem expressivo controle e articulação por parte do Ministério da Defesa, cabendo às forças singulares adotar e perseguir suas perspectivas de mudança militar. Na Rússia, a mudança militar foi liderada pelo chefe de governo, o qual agiu diretamente no Ministério da Defesa, civil, na condução da transformação das forças armadas da Rússia.

²⁰Sugerimos a análise dos mapas do “RussianMilitaryCapability 2016” da SwedishDefenceResearchAgency. Disponível em: <https://www.foi.se/en/our-knowledge/security-policy/russia/maps.html>, Acesso em: 31. Out 2018.

A relação entre presidente e ministro da defesa estabeleceu um lastro na capacidade ministerial para superar tendências de conservadorismo militar a que culturas burocráticas estão sujeitas.

Um segundo aprendizado do presente estudo consiste na reforma organizacional como sendo a base para o processo de reforma militar. A experiência russa passou pela “brigadização”, redução de efetivos, criação de comandos operacionais conjuntos e pela efetiva busca de racionalização da gestão da defesa. Não se produz transformação militar apenas como força singular, mas em conjunto. A despeito da imperfeição do processo, buscou-se não apenas alterar a composição dos gastos militares para favorecer o investimento em detrimento de gastos com pessoal e custeio; era almejado a melhoria da razão entre sistemas de armas modernos e obsoletos no arsenal das forças. Entendia-se como necessário subverter a balança homens/tecnologia em favor da segunda. Pelo estudo realizado percebe-se que, além do “boom das commodities” da década passada, que elevou a disponibilidade de recursos para a defesa, as reformas organizacionais funcionaram como a base para a modernização militar.

Um terceiro aprendizado consiste na evolução da doutrina militar russa. Mesmo entendendo que o planejamento da força do futuro deva se pautar no conjunto de capacidades a que se deve possuir, a Rússia mesclou a preocupação relativa a capacidades com a ênfase na adaptação e inovação doutrinária em diálogo com o seu ambiente estratégico. Ao invés de adentrar numa corrida armamentista com os EUA e a OTAN, o país aposta em doutrinas de emprego que combinam tecnologias modernas e outras já conhecidas com objetivo de negar acesso e área a possíveis contendores. A resposta russa pela assimetria teve no exemplo ucraniano a melhor ilustração. O fenômeno que se cunhou como “guerra híbrida” consiste no emprego combinado das várias expressões do poder nacional, em múltiplos domínios de operação e apoio, com fim de quebrar a vontade de lutar do inimigo. Não se objetiva a destruição física do oponente, mas sim quebrar a sua

moral. Essa postura estratégica enseja uma concepção sobre o uso da força coerente com a ênfase defensiva, amparada no esteio dissuasório nuclear, mas sem descurar de capacidades - limitadas - de projeção de poder convencional.

A experiência russa permite refletir sobre as possibilidades de transformação militar no Brasil, e em particular do Exército Brasileiro. É imperativo avaliar quais são os objetivos nacionais no tocante a uma grande estratégia brasileira. Quais são as pretensões do país no âmbito regional e internacional

contemporaneamente? Essas respostas poderão direcionar o caminho sobre quais capacidades de fato necessitamos. O exemplo russo, no entorno estratégico mais propenso ao conflito do que o Brasil, apresenta que o desafio de equilibrar as forças diante de um amplo espectro de missões é uma tarefa que exige constante revisão. Em terceiro lugar, o caso russo ensina que os países não escolhem seus desafios estratégicos nem quando os mesmos se transmitem de riscos em ameaças. É necessário estar pronto para cumprir a orientação doutrinária que emana da cultura estratégica de cada país.

Referências

BODNER, Matthew. “As Trump pushes for separate space force, Russia moves fast the other way.” *Defense News*, June 21 2018. Disponível em: <<https://www.defensenews.com/global/europe/2018/06/21/as-trump-pushes-for-separate-space-force-russia-moves-fast-the-other-way/>>, Acesso em: 27 ago. 2018.

DALL’AGNOL, Augusto C.; ZABOLOTSKY, Boris P.; MIELNICZUK, Fabiano. “The Return of the Bear? Russian Military Engagement in Latin America: The Case of Brazil”. *Military Review*, July 2018. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/Army-Press-Online-Journal/documents/Mielniczuk-Russia-Brazil.pdf>>, Acesso em: 27 ago. 2018.

IISS. International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2018: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2018.

_____. *The Military Balance 2017: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2017.

_____. *The Military Balance 2016: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2016.

_____. *The Military Balance 2015: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2015.

KENNAN, George F. “The Sources of Soviet Conduct”. In: *The Geopolitics Reader*, Gearóid Ó Tuathail, Simon Dalby e Paul Routledge (Orgs.). Londres e Nova Iorque: Routledge, 2003. Pp. 61-65.

LEAL, Paulo Cesar. “A Guerra Híbrida: reflexos para o sistema de defesa do Brasil”. *Doutrina Militar Terrestre em revista*, Janeiro a Junho, 2016. pp. 06-17.

LONSDALE, David J. “Information Power: Strategy, Geopolitics and the Fifth Dimension”. In: *Geopolitics, Geography and Strategy*, Colin S. Gray e Geoffrey Sloan (Orgs.). Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999. Pp. 63-82.

MACKINLAY, Alejandro. “El resurgimiento militar de Rusia”. *Real Instituto Elcano*. ARI Nº 64/2009. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/145797/ARI64-2009_Mckinlay_resurgimiento_militar_rusia.pdf, Acesso em: 27 ago. 2018.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York/London: W. W. Norton & Company, 2001.

MORALES, Javier. “Russia’s New National Security Strategy: Towards a ‘Medvedev Doctrine’?”. *Real Instituto Elcano*, ARI 135/2009. Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/0558db804fb4cfd6a6f7ff8bf7fc5c91/ARI135-2009_Morales_Russia_New_National_Security_Strategy_Medvedev.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=0558db804fb4cfd6a6f7ff8bf7fc5c91, Acesso em: 27 ago. 2018.

OLIKER, Olga. “Unpacking Russia’s New National Security Strategy”, *Center for Strategic & International Studies*, January 7, 2016. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/unpacking-russias-new-national-security-strategy>, Acesso em: 27 ago. 2018.

PEREIRA, Tito L. B.; PEDONE, Luiz. “A importância dos recursos naturais na modernização econômica, militar e geopolítica da Federação Russa”. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 2, 2013.

PIFER, Steven. “Watch Out for Little Green Men”. *Brookings*, Op-Ed, Monday, July 7, 2014. Disponível em: <https://www.brookings.edu/opinions/watch-out-for-little-green-men/>, Acesso em: 27 ago. 2018.

POSEN, Barry R. *The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany between the world wars*. Cornell Studies in Security Affairs. Ithaca and London: Cornell University Press, 1984.

RAMOS, António L. F. “A Postura Estratégica da Rússia Contemporânea”. *Revista Militar*, nº 2580 – Janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1212> Acesso em: 27 ago. 2018.

ROMANA, Heitor Barras. “Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistêmica e Interdisciplinar”. *R. Esc. Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 13-32, jan/abr. 2016.

RUSSIAN FEDERATION. *National Security Concept of the Russian Federation*. Approved by Presidential Decree No. 24 of 10 January 2000. Disponível em: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/589768, Acesso em: 27 ago. 2018.

RUSSIAN FEDERATION. *Russian National Security Strategy*. APPROVED by Russian Federation Presidential Edict 683 Dated 31 December 2015. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf>, Acesso em: 27 ago. 2018.

RUSSIAN FEDERATION. *The Military Doctrine of the Russian Federation*. APPROVED by the President of the Russian Federation on December 25, 2014. Disponível em: <https://rusemb.org.uk/press/2029>, Acesso em: 27 ago. 2018.

RUSSIAN FEDERATION. *The Military Doctrine of the Russian Federation*. approved by Russian Federation presidential edict on 5 February 2010. Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf, Acesso em: 27 ago. 2018.

SLOAN, Elinor C. *Modern Military Strategy: an introduction*. London and New York: Routledge, 2012.

SLOAN, Elinor C. *Military transformation and modern warfare: a reference handbook*. Greenwood Publishing Group, 2008.

SUSHENTOV, Andrey. “The Russian Response to the RMA: military strategy towards security threats”. In: Jeffrey Collins and Andrew Futter (Org.), *Reassessing the Revolution in Military Affairs: transformation, evolution and lessons learnt*. Hampshire and New York: PalgraveMacmillan, 2015. Pp. 112- 131.

UNITED STATES OF AMERICA. Defense Intelligence Agency. *Russia Military Power: Building a Military Power to Support Great Power Aspirations*. Disponível em: <<http://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/Russia%20Military%20Power%20Report%202017.pdf>>, Acesso em: 31 out. 2018.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

ANEXO 1 – Distritos Militares (Comandos Estratégicos Conjuntos)



Fonte: UNITED STATES OF AMERICA (2017, p. 14).

ANEXO 2 - Comandos Estratégicos Operacionais da Rússia

Map 3 **Russia: operational strategic commands**



Fonte: IISS (2017, p. 188).

O debate sobre Transformação Militar: o caso da força terrestre da Rússia e os reflexos para seu Complexo Industrial Militar

Peterson Ferreira da Silva*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é explorar o debate sobre transformação militar na Rússia, focando nas conseqüências para sua força terrestre e levantando possíveis reflexos para seu complexo industrial militar. Assim, este artigo aborda o contexto das reformas em sua estrutura de defesa realizada especialmente após 2008 e o quadro geopolítico recente do envolvimento da Rússia nas crises da Criméia e da Síria, bem como algumas conseqüências dos planos de equipamento para a sua indústria de defesa. Esta breve análise possibilita apontar a relevância para o caso russo das mudanças organizacionais tomadas paralelamente a investimentos em áreas chave, além dos ensinamentos retirados de experiências reais de combate.

Palavras-chave: Transformação militar; Indústria de defesa; Rússia; reforma em defesa; Forças Armadas

ABSTRACT

The aim of this paper is to explore the debate regarding military transformation in Russia, focusing on the consequences for its ground force and for its military-industrial complex. Thus, this paper addresses the context of the reforms in its defense structure made especially after 2008 and the recent geopolitical framework of Russia's involvement in the Crimean and Syrian crises, as well as some consequences of the equipment plans for its defense industry. This brief analysis makes it possible to point out the relevance to the Russian case of organizational changes taken in parallel with investments in key areas, in addition to lessons learned from combat experiences.

Keywords: Military transformation; Defense industry; Russia; defense reform; Armed forces

* Doutor em Relações Internacionais (IRI-USP), professor do *campus* Brasília da Escola Superior de Guerra (ESG) e pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx). Este artigo, assim como as ideias, informações e dados nele contidos expressam o pensamento de seu autor, sendo de sua inteira responsabilidade, não representando necessariamente a posição do Ministério da Defesa, da Escola Superior de Guerra ou do Exército Brasileiro.

Sumário Executivo

- Com a necessidade de rever seu inchado aparato militar pós-Guerra Fria e, sobretudo, no contexto das lições aprendidas nos conflitos na Chechênia (anos 90) e na Geórgia (2008), as forças armadas russas passaram por uma ampla reforma, especialmente na gestão do ministro da Defesa Anatoliy Serdyukova, entre 2007 e 2012;
- A proporção relativa de oficiais foi diminuída, incluindo o número de oficiais gerais. Também foram implementados limites de idade para determinadas posições, padrões de capacitação física mais exigentes e regras mais claras para extensões tanto no serviço ativo quanto em outras posições passíveis de serem ocupadas por civis e militares inativos – facilitando, também, a remoção de oficiais gerais mais antigos e mais críticos em relação aos esforços de modernização em andamento. Ao mesmo tempo, as modificações na área de Pessoal abriram portas para lideranças mais jovens e inclinadas a mudanças nas forças armadas;
- Houve extinção de diversas unidades militares e redução do efetivo burocrático-administrativo, como, por exemplo, no Ministério da Defesa (de aproximadamente 12.000 para 5.000) e no Estado-Maior (de cerca de 10.500 para 3.500). Contudo, estima-se que a proporção de civis no Ministério da Defesa da Rússia pós-reformas tenha aumentado de 16% para 46% – o que certamente contribui para diminuir a quantidade de militares atuando em atividades ‘meio’, valorizando as atividades combatentes;
- Entre outras medidas, o “módulo brigada” foi reforçado, o sistema de reserva foi remodelado e a antiga estrutura de seis Distritos Militares foi substituída por quatro Comandos Regionais Conjuntos;
- Foi instituído um Programa de Equipamento reunindo recursos estimados na ordem de US\$ 700 bilhões ao longo de 10 anos (2011-2020), sendo que quase a metade desse montante está previsto para ser alocado nos segmentos naval e na aviação. O novo Plano (2018-2027), avaliado em US\$ 357 bilhões e contendo lições da Criméia e da Síria, contempla as forças terrestres com 25% do total previsto;
- É possível afirmar que a Rússia tem investido pesadamente em áreas como guerra eletrônica, cibernética, veículos autônomos, armas de precisão e sistemas de defesa antiaérea;
- Nos últimos anos, observam-se movimentos de significativa centralização decisória, possivelmente tendo em vista o aumento do controle político dos rumos do setor de defesa, especialmente no que se refere ao tema indústria de defesa;
- Desde 2008, o país tem mostrado vigor em repensar as antigas estruturas soviéticas e buscar a qualidade de seus investimentos em novos equipamentos (estimados entre 50 e 60% do total do seu orçamento militar) – contra 20% da meta adotada pelos países da OTAN no que se refere a recursos para equipamento.

Introdução

Nos anos 90, enquanto os Estados Unidos (EUA) demonstraram, em 1990-91, os pontos fortes de sua máquina militar na I Guerra do Golfo, a Rússia enfrentou, em 1996, uma humilhante derrota diante de separatistas chechenos. Tropas mal adestradas, compostas basicamente por jovens recrutas, apresentando problemas de disciplina e com equipamentos e táticas da Era Soviética, foram surpreendidas por rebeldes, agravando a imagem do então governo de Boris Yeltsin (RUSSIA'S HUMILIATION..., 1996).

Na década seguinte, países como EUA, Reino Unido, França e Alemanha concentravam atenção e esforços na Guerra Global ao Terror e em Operações de Contra Insurgência (COIN), no contexto dos ataques de 11/09, enquanto o governo de Vladimir Putin tomava, desde 1999, medidas para modernizar as suas forças armadas e reinsserir a Rússia na cena internacional.

O envolvimento de Moscou em conflitos na Geórgia (2008), na Criméia (2014) e na Síria (2017), ao lado das disputas abrangendo a China nos mares da Ásia, mostrou ao Ocidente que as tensões militares convencionais de natureza interestatal não estavam esquecidas na agenda contemporânea da segurança internacional.

Ação e reação: a expansão da OTAN e a resposta russa

Sob a liderança de Vladimir Putin desde 1999, o governo russo observou a lenta expansão da Organização do Atlântico Norte (OTAN) sobre o que antes eram áreas de influência geopolítica nos tempos da União das Repúblicas Soviéticas (URSS). Na Geórgia, os episódios da eleição do presidente Saakashvili, em 2004, e do referendo não-oficial, em 2006, já tinham complicado as relações entre Geórgia e Rússia, quando, em abril de 2008, a OTAN ventilou a possibilidade de incorporar a Geórgia e a Ucrânia (NATO, 2008). Soma-se a isso

fatores como, por exemplo, (i) o estreitamento, ocorrido nos últimos anos, dos laços econômicos com a União Europeia; (ii) a importância estratégica da base naval russa na cidade de Sevastopol; e (iii) a questão dos gasodutos e das reservas de petróleo presentes na região.

Nos meses seguintes, tropas sem identificação ampliaram o controle de territórios nas regiões separatistas da Geórgia, culminando, em 7 de agosto, no avanço de colunas de carros de combate russos – tais passos seriam dados de forma similar na Criméia, em 2014 (SAKASHVILI, 2014).

Durante os cinco dias de conflito na Geórgia, os russos conseguiram demonstrar claros avanços em seu aparato militar ao longo da maior operação de combate fora de suas fronteiras tradicionais desde a ocupação soviética do Afeganistão nos anos 70.

Entretanto, algumas deficiências foram verificadas durante a curta ação, como, por exemplo, o abate de aeronaves militares por defesa antiaéreas da Geórgia, a baixa proteção oferecida por alguns veículos militares diante de ataques de armas de maior calibre, os problemas de coordenação entre força terrestre e força aérea, as lacunas de guerra eletrônica e as restrições de disponibilidade de mísseis guiados de precisão (*precision-guided missiles* – PGMs) (LOWE, 2008; EUA, 2017, p.12).

Para Pallin e Westerlund (2009), o desdobramento russo na Geórgia de aproximadamente 20.000 militares em poucos dias, ao lado do emprego de instrumentos diplomáticos e cibernéticos, foi bem distinto dos resultados obtidos nos anos 90, mas também apontaram vulnerabilidades, como na área de comando e controle, de guerra eletrônica e de armamentos de precisão.

Em 23 de fevereiro de 2014, o diretor do *Moscow Center* do *Carnegie Endowment for International Peace*, Dmitri Trenin, publicou um artigo, no jornal *The New York Times*, intitulado “Por que a Rússia não vai interferir”, elencando fatores que, em tese, desencorajaria uma aventura de Moscou

contra a Ucrânia. Entre os motivos destacados no referido artigo em direção a uma saída não bélica estava o risco de eclosão de uma guerra civil na já tensa fronteira russa:

Despite what some Ukrainians suspect, Moscow is unlikely to try bringing about the breakup of Ukraine in order to annex its southern and eastern parts. That would mean civil war next door, and Russia abhors the idea. Moscow's best option at this point is to stand back and wait, while quietly favoring decentralization in Ukraine (TRENIN, 2014).

Os “pequenos homens verdes” – parte 2

Assim como ocorrido, em 2008, na Geórgia, grupos armados e paramilitares se tornaram atores importantes na crise da Criméia. Em 27 de fevereiro, por exemplo, homens armados invadiram prédios chave de *Simferopol*, capital da região de maioria russa da Criméia, e içaram a bandeira russa no parlamento (UKRAINE: GUN MEN..., 2014). Homens uniformizados, usando balaclavas, falando russo, e bem equipados (com o mesmo armamento das forças armadas russas) ganharam cada vez mais espaço na mídia, sendo denominados de “pequenos homens verdes” (PIFER, 2014). Forças policiais e de segurança locais foram deslocadas da cena diante da zona cinzenta criada na mídia (local e internacional) e nas redes sociais, envolvendo uma amálgama de termos como “protestos violentos”, “ações de gangues”, “grupos de autodefesa”, “*politemen*” e “invasores russos” (SHEVCHENKO, 2014). Em março de 2014, o Parlamento Regional da Criméia aprovou uma moção solicitando à Federação Russa a anexação da região, reforçando a influência de Moscou e complicando ainda mais o tabuleiro geopolítico entre Ucrânia e Rússia (WALKER; TRAYNOR, 2014).

Transformação e/ou Guerra Híbrida?

Boatos, ataques cibernéticos, propagandas, ações diversionistas, gangues, discursos diplomáticos, tentativas de influenciar pleitos eleitorais e operações de guerra convencional, entre outros meios foram sintetizados no termo “guerra híbrida”, ganhando espaço, sobretudo, entre analistas, jornalistas, acadêmicos, políticos e militares. Fontes indicam que tal termo ficou mais conhecido no contexto das ações do grupo Hezbollah durante o conflito no Líbano de 2006, mas rapidamente se tornou, a partir de 2014, associado às ações russas na Ucrânia (PUYVELDE, 2015).

Entretanto, alguns analistas têm criticado a forma pela qual o termo guerra híbrida tem sido associado estritamente a ações da Rússia. Puyvelde (2015), por exemplo, destaca que:

There is no discussion that adversaries, past and present, have developed creative uses of the “full-spectrum” of warfare, including the use of regular and irregular tactics across all dimensions of war. Altogether this may well form a hybrid set of threats and strategy, but it is not clear why the term “hybrid” should be used, beside its mere descriptive value.

Na mesma linha, Kofman e Rojansky (2015, p. 2), reforçam que a combinação das dimensões convencional, política, irregular e informacional da guerra não é nada novo:

The first part of the misconception around “hybrid war” is the term itself. Despite sounding new and in vogue, its analytical utility is limited. The “hybrid” aspect of the term simply denotes a combination of previously defined types of warfare, whether conventional, irregular, political or information.

É possível afirmar, nesse quadro, que o discurso de “guerra híbrida” pode ser visualizado como parte de um processo mais

abrangente e profundo de transformação militar realizado por parte da Rússia nos últimos anos. Em outras palavras, torna-se interessante observar como o debate sobre transformação militar tomou forma em Moscou tendo como pano de fundo o objetivo de contrabalançar especificamente os movimentos feitos pelas principais potenciais ocidentais, especialmente no que se refere aos EUA.

Mais do que apenas aumento de recursos: as reformas no aparato de defesa russo

Embora várias medidas tenham ganhado forma para atualizar a máquina militar russa após o colapso da URSS e, especialmente, após a ascensão, em 1999, de Putin, é possível afirmar que a mais relevante delas foi o programa “*New Look*”, iniciado em 2008 (EUA, 2017, p. 13; GILES, 2017, p. 1).

O massivo Exército Russo de cinco milhões de soldados e baseado na conscrição passou, na década de 90, para cerca de 1.13 milhões, um caminho trilhado por meio de resistências castrenses, incluindo a tentativa de implementação do sistema profissional (*all volunteer force*) (BARTLES, 2011, p. 56).

Com Anatoliy Serdyukova à frente do Ministério da Defesa, entre 2007-2012, as reformas nas Forças Armadas Russas ganharam novo ímpeto. Segundo Bartles (2011, p. 61-62), uma das prioridades do novo ministro foi a área de Pessoal, diminuindo, por exemplo, a proporção relativa de oficiais. A Rússia naquele período detinha quase 1,3 milhões militares em suas forças armadas, sendo cerca de 30% oficiais e com 1.107 oficiais generais, uma proporção de 120 para 1 (Ibid., p. 64).

Assim, foram implantados, por exemplo, limites de idade para posições nas fileiras militares, padrões de capacitação física mais rigorosos e regras mais claras para extensões no serviço ativo e em outras posições passíveis de serem ocupadas por

militares inativos e civis. Isso também facilitou a remoção de generais mais antigos e mais críticos a reformas, abrindo as portas para lideranças mais jovens e inclinadas a mudanças (Ibid., p. 63-64).

Também houve esforços para otimizar o Ministério da Defesa, cortando o número de unidades militares, assim como criando e reorganizando áreas e posições, especialmente tendo em vista o quadro russo marcado por casos de corrupção, desperdício e influência das diferentes forças (*branches*):

These reforms would come at the expense of individual branches of service that had previously managed these functions, in varying degrees. It was likely enacted to stymie some of the corruption and graft that exist in the lucrative fields of military sales and construction (at all levels) that have resulted in some sensation all headlines in the last few years (BARTLES, 2011, p. 65).

O intuito de Serdiuko vinclua enxugar, até 2012, o número de pessoas no Ministério da Defesa, de 11.920 para 5.000, e no Estado-Maior, de 10.523 para 3.500. No entanto, estima-se que a proporção de civis no Ministério tenha aumentado pós-reforma de 16% para 46% (CARLSSON, 2012, p. 12).

Serdyukov, entre outras medidas, reforçou o foco no módulo brigada, e remodelou o sistema de reserva, incluindo a criação de quatro Comandos Regionais Conjuntos (*Joint Regional Commands*), substituindo o arcabouço original dos seis Distritos Militares e forçando a integração entre as diferentes forças singulares (BARTLES, 2011, p. 75).

Esse conjunto de reestruturações abriu caminho (e recursos) para programas de reequipamento, conforme explicitado pelo próprio Serdyukov em uma entrevista ao periódico Spiegel:

Serdyukov: Most of all, we have a serious imbalance: too many officers and too few non-commissioned officers and

ordinary soldiers. There was one officer for every soldier. In European armies, officers make up between nine and 16 percent of the whole. In addition, some units were not ready for action and had to be augmented first in the event of a conflict. We've changed that now. The second task is to re-equip the military, and that's what we need the 20 billion rubles for (MASCOLO; NEEF; SCHEPP, 2010).

Quando sua demissão foi divulgada, em 2012, em meio a um escândalo de corrupção (ou seja, curiosamente o mesmo mal que se propôs a combater), as reformas no aparato de defesa russo tinham alcançado níveis de amplitude e de profundidade bem distintos das iniciativas tomadas anteriormente desde a queda do Muro de Berlim (REFORM AND BE..., 2012). De acordo com Hedenskog e Pallin (2013, p. 90-91, grifo nosso), a reforma de Serdyukov pode ser resumida em três eixos:

1) The organisation: a) the Ministry – reforming the ministry to enhance management and procurement, stamping out corruption and curbing opposition to the reforms; b) the Armed Forces – establishing the Armed Forces as a fighting force in a state of permanent readiness, suitable for both massive engagement and local operations;

2) The personnel: a) securing the manning of the Armed Forces, both by means of conscription and by enlisting contract soldiers; b) improving the prestige and professionalism of the personnel, capable to operate under the conditions of modern, high-tech warfare;

3) The hardware: a) equipping the Armed Forces armed with state-of-the-art weaponry and equipment through cost-efficient procurement.

GPV 2020, o GPV 2027 e a força terrestre russa

No contexto do processo de transformação iniciado em 2008, o “Programa de Armamento do Estado” (*gosudarstvennaiaprogrammavooruzheniia – StateArmamentsProgram - GPV 2011-2020*), aprovado em 2010, definiu um grande plano de aquisições no valor de aproximadamente \$ 700 bilhões em 10 anos. O GPV 2020 buscava dar um salto da proporção de 15% de equipamentos modernos nas Forças Armadas Russas, em 2010, para 70%, em 2020 (CONNOLLY; BOULÈGUE, 2018, p. 5).

O montante total do GPV 2020 destinado ao Ministério da Defesa foi dividido entre diversas áreas. Estima-se que o segmento naval recebeu a maior proporção dos investimentos (cerca de 26%), seguido da aviação (aproximadamente 25%), da defesa aérea e espacial (em torno de 18%), da força terrestre (cerca de 14%), da força estratégica de mísseis nucleares (quase 5%) e de outras áreas, como sistemas de comunicações e controle (cerca de 13%) (Ibid., p.6).

Entretanto, no ‘meio do caminho’ do plano houve a crise da Criméia (2014), a recessão russa (2015-16) e o envolvimento na Síria (2017). Com maiores restrições orçamentárias no horizonte e com experiências reais de combate, alguns ‘nichos de capacidades’ receberam maior atenção, como os associados a capacidades anti-acesso e de negação de área (*Anti-Access/Area Denial – A2/AD*).

Exercícios frequentes abrangendo o desdobramento de forças em larga-escala e por grandes distâncias trouxeram ensinamentos logísticos importantes ao lado das operações realizadas na Ucrânia e na Síria. Visando a maximizar a exposição da tropa perante situações reais de combate, rodízios curtos de 3-4 meses se tornaram mais frequentes.

O teatro de operações da Ucrânia ofereceu a possibilidade de experiências mais ‘convencionais’, isto é, compreendendo o

emprego de viaturas de transporte de tropas, carros de combate, blindagens reativas e *drones*. Paralelamente, na Síria, foi possível visualizar o emprego russo de mísseis de cruzeiro, de guerra eletrônica, bem como o aperfeiçoamento da coordenação entre forças em terra – tudo em um ambiente geograficamente próximo de membros da OTAN e de países como Israel (GILES, 2017, p. 3).

Assinado em fevereiro de 2018, o novo *State Armaments Programme* (GPV 2018-27) indica cerca de US\$ 357 bilhões para serem distribuídos ao longo de dez anos, enfatizando o desenvolvimento de novos sistemas nucleares, bem como de armamentos de precisão aeroespaciais e terrestres (JONES; CAFFREY, 2018).

Certamente, as experiências operacionais, desde 2014, foram decisivas para que as forças terrestres russas recebessem no novo Plano quase 25% dos recursos. Embora a lógica soviética de “quantidade sobre qualidade” ainda seja uma marca presente, as forças terrestres russas sob o GPV 2027 certamente serão mais móveis, ágeis e com maiores soluções em termos de precisão de fogo, incluindo a artilharia (CONNOLY; BOULÈGUE, 2018, p. 23).

Acostumadas a atuar nos últimos dez anos sem competidores no campo da guerra eletrônica, as forças ocidentais se surpreenderam com as novas capacidades russas exibidas em episódios na Síria e na Ucrânia (MCLEARY, 2015). Outras áreas exploradas pelos russos nos últimos anos incluem os campos da cibernética e de sistemas de proteção ativa, assim como o intenso uso de *drones* como meios de reconhecimento, de aquisição de alvos, de coleta de inteligência e de operações informacionais:

Ukrainian UAV operators have found that launching their drones is a hazardous operation and requires stringent precautions to avoid inviting Russian sniper or artillery targeting (GILES, 2017, p. 6).

Sob a GPV 2027, são esperados investimentos na modernização (ex. T-72, T-80 e T-90) e na aquisição de novos carros de combate (ex. T-14 *Armata*). Veículos de infantaria blindados (*Infantry Fighting Vehicles* – IFVs) também estão previstos para serem modernizados (ex. BMP-2 e BMD-2), assim como a aquisição de uma nova família (ex. Kurganets-25) (GILES, 2017, p. 24; FEDIUSHKO, 2018). A artilharia também pode receber incrementos importantes em termos de armas de precisão, de lançadores múltiplos de foguetes e de sistemas de maior calibre, combinados com o intenso emprego de *drones*:

GPV 2027 will undoubtedly emphasize improving artillery fire solutions, digitalized fire direction, and target-acquisition capabilities. The goal is to achieve a joint automated control system for reconnaissance and strike. This is why the Ministry of Defence considers the procurement of ISTAR (‘intelligence, surveillance, target acquisition and reconnaissance’) UAVs for artillery brigades a priority (CONNOLY; BOULÈGUE, 2018, p. 25).

Por fim, dentro do contexto de capacidades A2/AD, “sistemas de defesa aérea são a pedra angular da abordagem russa para a guerra moderna” (Ibid., p. 26). Redes compostas por sistema de baixa, média e alta altura poderão representar um grande desafio para quaisquer forças aéreas modernas, praticamente colocando em risco plataformas convencionais sem tecnologias furtivas aos radares (GILES, 2017, p. 7).

Reflexos para o seu Complexo Industrial de Defesa

De acordo com Connoly e Sendstad (2016, p. 13), o progresso russo em direção à modernização de suas forças armadas com equipamentos modernos se desenvolveu razoavelmente bem sob os dez anos do GPV 2020, embora a meta de 70% de novos equipamentos possa ser considerada

“exagerada e baseada em contabilidade criativa”. A injeção de recursos governamentais não significou o fim dos problemas do complexo-industrial de defesa russo, sobretudo em um contexto econômico fragilizado, como, por exemplo, o envelhecimento de sua mão-de-obra qualificada, a necessidade de consolidação das numerosas pequenas empresas em determinados segmentos da sua indústria de defesa e um sistema de inovação que dificilmente será capaz de competir na fronteira tecnológica da defesa.

Entretanto, ainda conforme os mesmos autores, é interessante notar que, mesmo diante das limitações e disparidades tecnológicas perante os EUA, ou outros países da OTAN, a Rússia conseguiu capacidades industriais e margens de autonomia tecnológica para produzir armamentos com qualidade suficiente para suprir seus objetivos estratégicos:

Finally, it is also worth considering that, although Russia may not yet be able to produce the types of advanced weaponry produced by the United States, its current productive capabilities mean that it has an independent defense-industrial base that can produce weaponry that is of sufficient quality to support the Russian state in its pursuit of its strategic objectives, such as dominance of Russia’s “near abroad,” an ability to engage in expeditionary warfare beyond Russia’s immediate borders, and deterrence of other larger potential adversaries (e.g., NATO, China) (CONNOLLY; SENDSTAD, 2016, p. 13-14).

Algumas das medidas tomadas na gestão Serdyukov foram revertidas nos anos posteriores. O processo de fortalecimento do *Federal Service for Defense Contracts (Rosoboronzakaz)*, criado em 2004 (BARTLES, 2011, p. 66), e o estabelecimento, em 2008, da *Federal Agency for the Supply of Armaments, Military and Special Equipment (Rosoboronpostavka)*, tomaram novo rumo quando, em setembro de

2014, as duas instituições foram extintas por Putin e Medvedev (RÚSSIA, 2014a).

No mesmo mês, Putin anunciou que lideraria pessoalmente a *Military-Industrial Commission*, criada em 2006, coordenando esforços, sobretudo, do Ministério da Defesa, Forças Armadas e o complexo-industrial de defesa (RÚSSIA, 2014b). Segundo analistas, esse movimento fez parte de um esforço mais amplo de aumentar o controle político dos rumos do setor de defesa, equilibrando tensões entre o segmento privado e o Ministério da Defesa, no contexto da crise da Crimeia, do subsequente corte de laços com empresas ucranianas, assim como no âmbito do andamento do plano de equipamento GPV 2020 (STRATFOR, 2014; PUTIN, MEDVEDEV AGREE..., 2014).

Salienta-se, também, que há notícias de que equipes formadas por especialistas e técnicos de empresas russas foram enviadas para a Síria e Ucrânia, atuando ao lado das forças armadas, a fim de testarem novos armamentos em situações de combate, assim como executarem reparos e atividades de suporte diretamente no campo de batalha. É possível afirmar que esse tipo de aproximação entre indústria e forças armadas busca, de um lado, garantir melhor desempenho operacional para os militares e, de outro lado, promover os produtos de defesa russos “testados em combate”, auxiliando as campanhas de exportações da *Rosoboronnexport* (MIROVALEV, 2016; CONNOLLY; BOULÈGUE, 2018, p. 28).

A Rússia foi considerada, em 2018, a 11ª economia do globo (BANCO MUNDIAL, 2018). Contudo, segundo dados levantados por pesquisadores do SIPRI, o país ocupou, em 2017, a quarta posição no mundo em termos de gastos militares, totalizando US\$ 66,3 bilhões (cerca de 4,3% do PIB), atrás apenas de EUA (US\$ 610 bilhões, 3,1% do seu PIB), da China (cerca de US\$ 228 bilhões, aproximadamente 1,9% do seu PIB) e da Arábia Saudita (em torno de US\$ 69,4 bilhões, cerca de 10% do seu PIB) (FLEURANT et al., 2018, p.2).

Mesmo diante de dificuldades em manter o patamar atual de gastos militares, a Rússia tem mostrado, desde 2008, vigor em repensar as antigas estruturas soviéticas e buscar a qualidade de seus investimentos em novas aquisições, os quais, conforme dados disponibilizados publicamente, variariam entre 50 e 60% do total do seu orçamento militar (RÚSSIA, 2017; TIGNER, 2018) – em contraste, por exemplo, aos 20% da meta adotada por membros da OTAN no que se refere a Equipamento.

Considerações Finais

Este trabalho buscou examinar o debate sobre ‘transformação militar’ na Rússia, ou seja, o país que, recorrentemente, é considerado como um parâmetro para as potenciais ameaças interestatais para forças armadas de países da OTAN, como EUA e Reino Unido. Mais especificamente, este breve ensaio tentou focar nas consequências desse debate sobre transformação para a força terrestre russa e também levantou possíveis reflexos para seu complexo industrial de defesa.

Embora se reconheça que maiores esforços em termos de pesquisa sejam necessários, este sucinto estudo sobre o caso da Rússia permite apontar a relevância das

reformas estruturais, especialmente no âmbito do seu Ministério da Defesa, as quais precederam os dois grandes planos de investimentos voltados a reequipar e modernizar as Forças Armadas Russas.

O quadro geopolítico recente de envolvimento da Federação Russa nos conflitos da Geórgia, da Criméia e da Síria também pode ser elencado como fator importante, em função do possível foco oferecido pela situação de “urgência” e de reais ameaças delineadas na agenda política do governo de Putin a partir de então. Isso pode ajudar a explicar, por exemplo, os movimentos de centralização tomados, especialmente a partir de 2014, no que se refere aos temas de aquisições militares e indústria de defesa.

Combinados, o conjunto de reformas no aparato de defesa e os planos de reequipamentos lapidados por experiências reais de combate fornecem um esboço mais claro das reais bases da transformação militar em andamento na Rússia – abalando o senso comum de que incrementos em termos de capacidades militares foram originados somente por meio do aumento de gastos em defesa ao longo dos últimos anos.

Referências

- BANCO MUNDIAL. Gross domestic product 2017. World Development Indicators database, 1 July 2018. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em: 10/08/2018.
- BARTLES, Charles K. Defense Reforms of Russian Defense Minister Anatolii Serdyukov. *Journal of Slavic Military Studies*, 24: 55-80, 2011. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13518046.2011.549038>>. Acesso em: 25/08/2018.
- CARLSSON, Märta. The structure of power – an insight into the Russian Ministry of Defence. FOI, November, 2012. Disponível em: <www.foi.se>. Acesso em: 22/08/2018.
- CONNOLLY, Richard; BOULÈGUE, Mathieu. Russia’s New State Armament Programme: Implications for the Russian Armed Forces and Military Capabilities to 2027. Chatham House, Russia and Eurasia Programme, May 10, 2018. Disponível em:

<<https://www.chathamhouse.org/publication/russia-s-new-state-armament-programme-implications-russian-armed-forces-and-military>>. Acesso em: 24/08/2018.

CONNOLLY, Richard; SENDSTAD, Cecilie. Russian rearmament: an assessment of defense-industrial performance. *Problems of Post-Communism*, October, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10758216.2016.1236668>>. Acesso em: 24/08/2018.

EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. DIA – DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY. Russia Military Power – Building a military to support great power aspirations. June 23, 2017. Disponível em: <<https://publicintelligence.net/dia-russia-military-power-2017/>>. Acesso em: 24/08/2018.

FEDIUSHKO, Dmitry. Russian military to receive Kurganets-25 IFV in 2019. *Jane's 360*, 11 July 2018. Disponível em: <<https://www.janes.com/article/81694/russian-military-to-receive-kurganets-25-ifv-in-2019>>. Acesso em: 25/08/2018.

FLEURANT, Aude; WEZEMAN, Pieter D.; WEZEMAN, Siemon T.; TIAN, Nan; KULMOVA, Alexandra. Trends in World Military Expenditure, 2017. SIPRI Fact Sheet, May 2018. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-05/sipri_fs_1805_milex_2017.pdf>. Acesso em: 12/08/2018.

GILES, Keir. Assessing Russia's Reorganized and Rearmed Military. Carnegie Endowment for International Peace, May 03, 2017. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2017/05/03/assessing-russia-s-reorganized-and-rearmed-military-pub-69853>>. Acesso em: 24/08/2018.

HEDENSKOG, Jakob; PALLIN, Carolina Vendil (eds). Russian Military Capability in a Ten-Year Perspective – 2013. FOI, December, 2013. Disponível em: <<https://www.foi.se>>. Acesso em: 25/08/2018.

JONES, Bruce; CAFFREY, Craig. Putin signs new State Armaments Programme. *Jane's 360*, February 28, 2018. <<https://www.janes.com/article/78235/putin-signs-new-state-armaments-programme>>. Acesso em: 22/08/2018.

KOFMAN, Michael; ROJANSKY, Matthew. A closer look at Russia's 'Hybrid War'. Wilson Center, Kennan Institute - Kennan Cable, nº 7, April 2015. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/7-KENNAN%20CABLE-ROJANSKY%20KOFMAN.pdf>>. Acesso em: 24/08/2018.

LOWE, Christian. Georgia war shows Russian army Strong but flawed. Reuters, August 20, 2008. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-georgia-ossetia-military/georgia-war-shows-russian-army-strong-but-flawed-idUSLK23804020080820>>. Acesso em: 24/08/2018.

MASCOLO, Georg; NEEF, Christian, SCHEPP, Matthias. SPIEGEL interview with Russia's Defense Minister – Moscow wants to 'participate as an equal partner'. Spiegel Online, October 27, 2010. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/world/spiegel-interview-with-russia-s-defense-minister-moscow-wants-to-participate-as-an-equal-partner-a-725231-2.html>>. Acesso em: 22/08/2018.

MCLEARY, Paul. Russia's winning the electronic war. *Foreign Policy*, October 21, 2015. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2015/10/21/russia-winning-the-electronic-war/>>. Acesso em: 25/08/2018.

MIROVALEV, Mansur. Syria's war: a showroom for Russian arms sales. Al Jazeera, April 6, 2016. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2016/04/syria-war-showroom-russian-arms-sales-160406135130398.html>>. Acesso em: 21/08/2018.

NATO – North Atlantic Treaty Organization. NATO decisions on open-door policy. April 3, 2008. Disponível em: <<https://www.nato.int/docu/update/2008/04-april/e0403h.html>>. Acesso em: 24/08/2008.

PALLIN, Carolina Vendil; WESTERLUND, Fredrik. Russia's war in Georgia: lessons and consequences. Small Wars & Insurgencies, vol. 20, nº 2, June 2009, p. 400-423. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09592310902975539>>. Acesso em: 24/08/2018.

PIFER, Steve. Watch out for Little Green Men. Spiegel Online, July 07, 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-26364891>>. Acesso em: 24/08/2018.

PUTIN, Medvedev agree to abolish state defense order agency. RT, September 8, 2014. Disponível em: <<https://www.rt.com/politics/185956-russia-arms-agency-abolition/>>. Acesso em: 27/08/2018.

PUYVELDE, Damien Van. Hybrid war – does it even exist? NATO Review Magazine, 2015. Disponível em: <<https://www.nato.int/docu/review/2015/also-in-2015/hybrid-modern-future-warfare-russia-ukraine/en/index.htm>>. Acesso em: 24/08/2018.

REFORM and be sacked. THE ECONOMIST, November 10th, 2012. Disponível em: <<https://www.economist.com/europe/2012/11/10/reform-and-be-sacked>>. Acesso em: 25/08/2018.

RÚSSIA. Official Internet Resources of the President of Russia. Executive order abolishing Rosoboronpostavka and Rosobonzakavsigned. September 8, 2014 (a). Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/46576>>. Acesso em: 27/08/2018.

RÚSSIA. Official Internet Resources of the President of Russia. Expanded meeting of the Defence Ministry Board. December 22, 2017. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/councils/by-council/41/46589>>. Acesso em: 27/08/2018.

RÚSSIA. Official Internet Resources of the President of Russia. Meeting on drafting the 2016-2025 State Armament Programme. September 10, 2014 (b). Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/councils/by-council/41/46589>>. Acesso em: 27/08/2018.

RUSSIA's humiliation in Chechnya. THE NEW YORK TIMES. August 15, 1996 (archives). Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1996/08/15/opinion/russia-s-humiliation-in-chechnya.html>>. Acesso em: 25/08/2018.

SAAKASHVILI, Mikheil. Let Georgia be a lesson for what will happen to Ukraine. The Guardian, 14 March, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/mar/14/georgia-lesson-for-ukraine-crimea-referendum-trick>>. Acesso em: 24/08/2018.

SHEVCHENKO, Vitaly. 'Little green men' or 'Russian invaders'. BBC.com, March 11, 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-26532154>>. Acesso em: 24/08/2018.

STRATFOR. Putin takes greater control of Russia's defense sector. September 8, 2014. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/putin-takes-greater-control-russias-defense-sector>>. Acesso em: 27/08/2018.

TIGNER, Brooks. Russia's 2017 defence spending cut is not what it seems. Atlantic Council, May 9, 2018. Disponível em: <<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/russia-s-2017-defense-spending-cut-is-not-what-it-seems>>. Acesso em: 27/08/2018.

TRENIN, Dmitri. Why Russia won't interfere. The New York Times, February 23, 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/02/24/opinion/why-russia-wont-interfere.html>>. Acesso em: 24/08/2018.

UKRAINE: gun men seize Crimea government buildings. BBC, 27 February, 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-26364891>>. Acesso em: 24/08/2018.

WALKER, Shaun; TRAYNOR, Ian. Ukraine crisis: Crime now part of Russia, local parliament declares. The Guardian, March 6, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/mar/06/ukraine-crisis-crimea-part-of-russia-local-parliament-declares>>. Acesso em: 24/08/2018.

Fronteiras como desafio histórico para o Exército: da geopolítica de Mário Travassos à Defesa do território brasileiro na primeira metade do século XX

Fernando da Silva Rodrigues*

RESUMO

Este ensaio investigou parte da documentação produzida pelo Exército, que revela a posição institucional sobre a política de fronteiras do Estado brasileiro para a América do Sul, procurando identificar, nesses documentos, construções históricas e políticas sobre as tensões fronteiriças, na primeira metade do século XX. O ensaio reforça ainda que, além de conflitos como a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, ocorriam tensões políticas estabelecidas entre o Brasil e a Argentina por conta da rivalidade tradicional e da disputa pelo controle do poder regional. A pesquisa, pautada nos argumentos teóricos estabelecidos pela geopolítica de Mário Travassos ajudou, também, a demonstrar que os militares brasileiros do período foram os principais responsáveis pela intervenção da região Norte e do Centro-Oeste brasileiro considerando, para este propósito, a ocupação territorial e o controle dos limites terrestres, para manutenção da soberania nacional.

Palavras-chave: Fronteiras; Geopolítica; Exército Brasileiro.

ABSTRACT

This essay investigated some of the documentation produced by the Army, revealing the institutional position on the border policy of the Brazilian State for South America, and seeks to identify, in these documents, historical and political constructions on border tensions in the first half of the twentieth century. The essay also reinforces that, in addition to conflicts such as the Chaco War, between Bolivia and Paraguay, there were political tensions established between Brazil and Argentina due to the traditional rivalry and the dispute for control of regional power. The research, based on the theoretical arguments established by the geopolitics of Mário Travassos, also helped to demonstrate that the Brazilian military of the period were the main responsible for the intervention of the North and the Brazilian Midwest considering, for this purpose, the territorial occupation and the control of land limits, for the maintenance of national sovereignty.

Keywords: Borders; Geopolitics; Brazilian Army.

* Pós-Doutor em História Política, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras, coordenador do GT de História Militar da ANPUH-RJ, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e Jovem Cientista do Nosso Estado, da FAPERJ.

Sumário Executivo

Neste ensaio analisa-se parte da documentação produzida pelo Exército brasileiro, que revela a posição institucional com relação às fronteiras na América do Sul, na primeira metade do século XX, procurando identificar nesses documentos construções históricas e políticas sobre as tensões fronteiriças. A investigação, pautada nos argumentos teóricos estabelecidos pela geopolítica de Mário Travassos ajudou, também, a demonstrar que os militares brasileiros do período foram os principais responsáveis pela intervenção nas fronteiras considerando, para este propósito, a ocupação territorial e o controle dos limites terrestres, para manutenção da soberania nacional.

Com relação aos procedimentos metodológicos, este ensaio utilizou alguns documentos impressos e manuscritos da série Ministério da Guerra e Estado Maior do Exército (EME), da primeira metade do século XX, além do relatório¹ do general Waldomiro Castilho de Lima, inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares, que se encontra no Arquivo Histórico do Exército. Introduzem-se, dessa forma, na pauta da discussão, os interesses políticos dentro de uma instituição pública com projeção política na vida republicana do Brasil, mas, fundamentalmente, analisa-se o interesse institucional na ocupação do espaço como forma de defesa das fronteiras, e da manutenção da soberania do Estado.

Na análise desses documentos produzidos pelo Exército brasileiro, identificam-se interesses geopolíticos que marcaram a visão dos militares brasileiros da época, acerca das tensões na América do Sul, dos interesses relacionados à disputa de poder regional, da rivalidade tradicional do Brasil com a Argentina, e mais especificamente, sobre a preocupação com a vigilância das fronteiras. O que se percebe é que a documentação sobre conflitos armados, articulada a outros documentos sobre estudos de fronteiras e do território, produzidos na instituição está formando um mosaico, que vai dar forma aos projetos de Estado esquecidos ou ainda pouco investigados. O relatório do general Waldomiro além de analisar a Guerra do Chaco (1932-1935), aproveita o momento político tenso para defender a reorganização das tropas brasileiras (Exército e Marinha) nas fronteiras oeste, principalmente, na área próxima a guerra, por conta do que ele define como: *perigo de violação do nosso território pelas contingências das operações entre os beligerantes*. Defende, também, o aumento do efetivo, o aumento do material empregado pela tropa (artilharia e aviação), e a criação de serviços especiais (aprovisionamento, saúde e transporte), que garantam a eficiência, a vigilância e impeçam que os beligerantes utilizem o território brasileiro como base de operações militares. O general Waldomiro conclui o estudo enfatizando a importância estratégica da presença militar, na organização da defesa terrestre e manutenção da soberania nacional. Faz um apelo para que o governo dê preferência ao melhoramento das condições de defesa, através da revisão do armamento utilizado, do aumento do efetivo, e da dotação de oficiais com melhor preparo profissional, mais adequado àquela realidade, de forma que possa reforçar o sistema de defesa, na região. Essa passagem reflete bem os problemas relacionados à dificuldade no complemento de pessoal em áreas inóspitas, consideradas localidades de difícil acesso para o poder público e para a sociedade que vive nas áreas mais desenvolvidas do litoral brasileiro. A precariedade do desenvolvimento urbano na região, o predomínio do aspecto rural, limitava a criação de estratégias de atração a todo tipo de funcionário público, entre eles, os militares, que também se enquadram nessa modalidade.

¹ Brasil. *A Questão do Chaco Boreal* (Estudo Sigiloso). Rio de Janeiro: Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, 1934.

Geopolítica e Fronteiras

Os estudos aqui apresentados foram embasados pela análise do papel histórico das Forças Armadas como instituições políticas de Estado utilizadas em intervenções; pela influência da geopolítica no pensamento político-militar; e pelas tensões envolvendo a ocupação histórica dos territórios sul-americanos. Se existe uma região mundial na qual o tema discutido aqui pertence às grandes narrativas, e assim às disciplinas importantes da pesquisa histórica, das Ciências Sociais e, sobretudo, da Geografia, são sem dúvida as Américas, por conta da sua complexa formação. Até porque, a exploração e o desenvolvimento, sobretudo na Argentina, no Chile e no Brasil, tornaram-se o instrumento essencial de colonização, de segurança, da defesa, da valorização econômica dos espaços vazios e de controle da população do interior.

No caso brasileiro, até a primeira metade do século XX, o principal foco regional de preocupação em relação ao desenvolvimento da fronteira agrária e às tensões políticas concentrava-se no sul do continente (leia-se Argentina), ou no centro-oeste (leia-se Bolívia e Paraguai). Na segunda metade do século XX, os focos regionais de tensão foram deslocando-se para os extensos territórios da Amazônia, ao norte do continente.

O que percebemos é que uma vasta documentação investigada sobre fronteiras, território e conflitos armados, produzida no Exército brasileiro, está ajudando a formar um mosaico, que vai dar forma aos projetos de Estado esquecidos ou ainda pouco investigados, produzidos sob a influência de pensamento político de intelectuais nacionais e estrangeiros, os quais influenciaram gerações e épocas importantes da história brasileira. Nesse contexto, a geopolítica parece ter sido o campo do conhecimento que mais agiu sob os interesses políticos e militares ligados aos estudos de fronteiras, do território e da defesa.

Para o internacionalista português Freitas (2004, p. 12-13), a geopolítica

produzida no Brasil durante os anos 1920 e 1930 deve ser incluída numa tradição histórica de defesa da soberania e expansão territorial, com raízes nas atividades de Alexandre de Gusmão, durante os trabalhos realizados na defesa do Tratado de Madri, de 1750. Ao tratar dos modernos precursores do pensamento geopolítico brasileiro, Freitas corrobora com a formulação de Miyamoto², que divide a evolução do pensamento geopolítico brasileiro em cinco fases temporais e insere a geopolítica de Mário Travassos na primeira fase, relativa aos estudos pioneiros realizados nos anos de 1920 e 1930, quando a geopolítica começou a ser sistematizada³.

Para entender o interesse político do Estado brasileiro nos conflitos regionais da primeira metade do século XX, é importante analisar o pensamento geopolítico de Mário Travassos, formado ao longo da sua carreira militar, e refletir sobre suas obras produzidas. A principal obra, intitulada *Projeção Continental do Brasil*, de 1935, apresenta a política interna brasileira indissociável de uma política continental. A obra foi inicialmente tratada em um ensaio intitulado *Aspectos Geográficos Sul-Americanos*, editado em 1931. O que se percebe é que o pensamento de Travassos influenciou diretamente na formação da geração de militares que produziram e renovaram conhecimento teórico sobre geopolítica no Brasil, do pós 2ª Guerra Mundial, desde o coronel Golbery do Couto e Silva,⁴ até o general Carlos de Meira Mattos,⁵ que

²MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica – poder e relações internacionais. *Revista A Defesa Nacional*, 712, Mar-Abr, 1995.

³Segundo Freitas (2004, p. 13), para o internacionalista Shiguenoli Miyamoto no artigo publicado em 1995, a primeira fase da evolução do pensamento geopolítico brasileiro abrange os estudos pioneiros realizados nas décadas de 1920 e 1930.

⁴SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

⁵MEIRA MATTOS, Carlos de. *Uma geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980; MEIRA MATTOS, Carlos de. *A geopolítica as projeções de poder*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1977; *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975. MATTOS, Carlos de.

basearam suas análises acerca da América do Sul, no antagonismo entre Bacia do Prata e Bacia Amazônica, tal como foi definido no livro *Projeção Continental do Brasil*.

A obra do então capitão do Exército Mário Travassos, influenciada pela Escola francesa de Geografia (Possibilismo); pelos trabalhos do geógrafo Halford John Mackinder (teoria geopolítica e estratégica do poder terrestre), membro da Real Sociedade Geográfica de Londres; e pela Escola alemã de Friedrich Ratzel (Determinismo Geográfico), tem por objetivo fundamentar a posição do Brasil na América do Sul e sinalizar os rumos de uma política externa capaz de guiar o Brasil a uma posição de hegemonia regional, superior a da Argentina. Travassos transpôs o conceito mackinderiano de heartland para os altiplanos bolivianos, em que se dava a hegemonia de Buenos Aires, que ainda detinha a vantagem da situação geográfica em relação à extensa Bacia do Prata.

O pensamento de Mário Travassos sistematiza os interesses de poder do Estado brasileiro, nos anos 1930 e 1940, e as relações do Brasil com a Argentina. O discurso nacional-desenvolvimentista alerta para três problemas que o Estado brasileiro deveria ficar atento: a emergência de potências rivais como a Argentina e os Estados Unidos da América; a vulnerabilidade dos países limítrofes da América do Sul, em especial, o caso da Bolívia, cujo planalto era considerado geograficamente contínuo ao estado do Mato Grosso; e a falta de organização nacional em relação aos desafios anteriores apontados. O debate de Travassos está contextualizado com o esforço de integrar o território brasileiro, aproveitando seus recursos hídricos e econômicos, principalmente em áreas consideradas vulneráveis, como Foz do Iguaçu e a Bacia Amazônica.

No contexto da disputa de poder do continente sul-americano, a obra de Travassos identifica uma Argentina melhor estruturada economicamente e que possui outras

vantagens em relação ao Brasil, como a bem organizada rede de transportes. No entanto, o tamanho do território brasileiro e a possibilidade de influenciar outros países, deveriam ser observados como fatores essenciais para a organização de uma qualificada e diversificada rede de transportes, com uma rede fluvial na bacia do Amazonas, uma rede fluvial na bacia platina, um sistema ferroviário e um sistema aéreo em toda extensão do território nacional.

Foi dentro desse projeto político nacionalista, que o livro de Mário Travassos contribuiu para o desenvolvimento dos estudos geopolíticos, em face aos seus debates em torno da construção do Estado nacional. Travassos (1935, p. 186) propõe como estratégia levar o debate político e o desenvolvimento econômico para o interior do Brasil, aumentando o fator demográfico, para diminuir o vazio populacional dos sertões brasileiros.

Podemos inserir nesse debate a importância dada à potencialidade do papel dos portos marítimos, na condição de elemento de integração do conjunto continental, do litoral ao sertão norte e centro-oeste do Brasil. Como exemplo, Travassos cita o caso da Bolívia, país localizado na fronteira oeste com o Brasil e centro geográfico do continente sul-americano, que estava estrategicamente dividido entre a necessidade de ter um porto no oceano Pacífico ou outro no oceano Atlântico. A decisão poderia resultar no aumento da instabilidade regional, pois, no caso de um conflito bélico, haveria o aumento das tensões políticas entre Brasil e Argentina, nações que disputavam a hegemonia política sul-americana. (TRAVASSOS, 1935, p. 64)

No contexto desse debate e no estudo das condições geográficas da América do Sul, Travassos analisa o potencial estratégico e econômico do triângulo formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre, como uma alternativa para limitar as vantagens do acesso viário a bacia platina, e por localizar-se no limite do estado brasileiro do Mato Grosso, região central do continente (TRAVASSOS,

1935, p. 4). Na opinião de Travassos, somente o controle desse triângulo geopolítico permitiria a neutralização efetiva da superioridade dos países da Bacia do Prata e, naturalmente, a hegemonia da Argentina sobre a região central da América do Sul e sobre os estados periféricos formados pelo Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Como se pode observar, para Mário Travassos, o país da América do Sul que conseguisse controlar esse ponto estratégico poderia manobrar com a dinâmica econômica da região, e dominaria o poder continental da região. Para o autor, a cidade de Santa Cruz de La Sierra seria o polo de convergência das influências amazônicas e platinas; a cidade de Cochabamba o polo de influência andina e também sujeita a atrações amazônicas; e a cidade de Sucre o centro das influências platinas.

2. Estudos de Fronteiras

Por isso a necessidade de abrir espaço nesse momento para discutir as nossas fronteiras com a América do Sul, pois no Brasil, trabalhar com a temática fronteira-limite, com sua divisão natural ou artificial, foi, durante longo tempo, discutir espaço, fruto da produção bibliográfica baseada na história tradicional. Autores clássicos produziram suas obras, a partir da ideia de um estado nacional e continental. Nessa perspectiva, inserem-se as produções historiográficas sobre os grandes personagens de uma história da pátria, sobre o bandeirantismo, sobre o personagem do Barão do Rio Branco, estudos que olhavam para um Brasil estruturado no século XIX e ampliado no início do século XX. O espanto e a admiração dessa produção estariam atrelados, pela historiografia produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no ministério das Relações Exteriores, a fatores considerados então fundamentais ao Estado brasileiro: a extensão do território nacional e a sua unidade política, além do papel político e militar desse Estado, seja no

tempo do domínio português, ou no tempo do Brasil independente. O dimensionamento do processo de formação das fronteiras estaria articulado a esses agentes, que deteriam conhecimento implícito da formação de uma futura nação continental.

Neste sentido, as investigações sobre fronteiras enfatizavam questões sobre a posse de terras e as ações dos Estados na definição dos limites acordados pelos tratados internacionais. Por outro lado, na direção contrária a essa tendência, uma bibliografia atualizada passou a utilizar novos conceitos como: porosidade, circulação de ideias, e a sua articulação com as dinâmicas sociopolíticas locais. A operacionalidade desses conceitos permite entender melhor sobre as investigações atuais sobre fronteiras, na medida em que sua definição ultrapassa as questões exclusivamente territoriais e cartográficas, ou de políticas de Estado. Uma importante contribuição é a análise a partir da lógica da porosidade territorial, que considera o comportamento dos fluxos fronteiriços como consequência da atual conjuntura globalizante. As chamadas “cidades gêmeas” (entre elas cito o caso de Letícia e Tabatinga) são o objeto principal dessa abordagem, talvez pelo menor esforço que é despendido pela comunidade acadêmica para uma efetiva observação desse fluxo de pessoal e material no modal terrestre através da fronteira.⁶

3. A República e a consolidação das fronteiras brasileiras

No Brasil, durante a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945), a temática de preocupação era fronteira-limite, tanto que, uma das primeiras ações realizadas pelo Estado foi dar continuidade ao projeto de integração do litoral com o interior, através da construção de linhas telegráficas; e, a segunda foi ratificar/retificar a demarcação dos limites terrestres através de Inspeções de Fronteiras.

⁶ EUZÉBIO, 2014, pp. 109-124.

Havia consenso político e militar de que uma das vulnerabilidades brasileira, no início do século XX, ainda era a pouca penetração do Estado no interior do Brasil, com uma grande concentração populacional no litoral e o predomínio de vazios demográficos no interior. Ocupar o interior era, ainda, uma das prioridades do Estado brasileiro, considerada obra de maior importância para a segurança nacional.

No ano de 1927, o presidente da república do Brasil, Washington Luis Pereira de Sousa determinou ao Ministro da Guerra que fossem realizadas a inspeção das fronteiras do Brasil até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo nomeado Inspetor de Fronteira, o General de Divisão, Cândido Mariano da Silva Rondon. A inspeção tinha por objetivo percorrer toda linha de fronteiras terrestres do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa (República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Por conta da Revolução de 1930, no Brasil, as inspeções foram finalizadas na cidade de Urucum, no Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia.

O reconhecimento das fronteiras brasileiras no Norte e Centro-Oeste se tornou uma necessidade primordial para a consolidação da soberania sobre o território. A intervenção cultural nos grupos indígenas foi o complemento desse processo de integração do litoral ao interior, sendo essa etapa passo importante para a manutenção e controle da região.

A Primeira República no Brasil foi um momento de extrema importância para a nossa história política e para o desenvolvimento das nossas relações internacionais, principalmente, com a consolidação do território e o controle das fronteiras Norte e Centro-Oeste. Em 1936, em um estudo relativo aos dispositivos constitucionais que regeriam as questões limítrofes da próxima fase do governo Vargas (Estado Novo), o

general Pedro Aurélio Góes Monteiro colocava:⁷

As fronteiras, além de suas funções políticas e econômicas têm aspectos militares predominantes. São partes do território que devem existir sob um regime especial para evitar que se desnacionalizem e venham a se desprender do sistema nacional para cair na órbita de sistemas econômicos, sociais e políticos das nações vizinhas.

Nesse momento, ao estudar as fronteiras a partir de interesses geopolíticos regionais, ampliamos nossa visão histórica, e confirmamos as tensões políticas que se estabeleceram entre o Brasil e a Argentina devido à rivalidade tradicional e à disputa pelo poder na América do Sul. O resultado desse ensaio abre espaço para entender, a partir da análise geopolítica, o projeto político e militar do Estado brasileiro para as fronteiras, na primeira metade do século XX.

4. Analisando documentos institucionais

Na análise de alguns documentos produzidos pelo Exército brasileiro na primeira metade do século XX, foram identificados dados geopolíticos que marcaram a visão dos militares brasileiros da época, acerca das tensões políticas na América do Sul, dos interesses relacionados à disputa de poder regional, da rivalidade tradicional, e mais especificamente, sobre a preocupação com a vigilância das fronteiras. O que se percebe é que a documentação sobre conflitos armados, articulada a outros documentos sobre estudos de fronteiras e do território, produzidos na instituição, está formando um mosaico, que vai dar forma aos projetos de Estado esquecidos ou ainda pouco investigados, produzidos sob a influência de pensamentos políticos de intelectuais nacionais e estrangeiros, os quais influenciaram gerações e épocas importantes da história sul-

⁷ BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Acervo Vigilância da Faixa de Fronteiras. Volume III. *Dispositivos Constitucionais* (Estudos). Rio de Janeiro: EME, 1936.

americana. Nesse contexto, a geopolítica foi a ciência que mais agiu sob os interesses políticos e militares ligados aos estudos de fronteiras, do território e da defesa.

Com relação à análise dos documentos produzidos pelo Exército, a base dessa investigação foi o estudo sigiloso *A Questão do Chaco Boreal*, de 1934, produzido pelo general Waldomiro. O objetivo foi tentar entender a produção desse *corpus* documental, parte de uma coleção maior, que estão guardados no Arquivo Histórico do Exército, no contexto de produção de informações militares e diplomáticas de interesses estratégicos para tomada de decisões relacionadas à defesa nacional das fronteiras brasileiras. Documentos que foram produzidos sobre sigilo de informação, com a intenção de limitar o acesso.

Quando iniciou os principais conflitos na América do Sul, nos anos 1930 (Guerra do Chaco e Questão Letícia), a seção de informações do Estado-Maior do Exército redobrou esforços e procurou focalizar, principalmente, no aspecto militar, sem deixar de observar, no entanto, a situação diplomática regional. Pela falta de adidos militares nos países em conflito, que são os agentes político-militares qualificados pela sua natureza técnica para colher informes, foi difícil obter informações mais precisas do teatro de operações, necessárias para produzir documentos mais verídicos possíveis, que fundamentassem a decisão do Estado brasileiro em relação à defesa do território.

Sobre a Argentina, destaca-se no estudo do general Waldomiro o interesse na produção de informações sobre os aspectos econômicos e comerciais, seguidos da avaliação dos aspectos geográficos e do debate da questão relacionada à influência militar da Argentina no Paraguai. O general Waldomiro destaca a presença de diversas empresas, fazendas e estabelecimentos comerciais argentinos, que ocuparam uma grande parte do território próximo às fronteiras brasileiras, sendo apoiados por interesses paraguaios, por conta dos investimentos e geração de empregos. Esse

debate não era novo, pois em 1922, dentro do contexto da política de vigilância das fronteiras, o EME já discutia sobre a cessão de terras nessas áreas, pelo estado do Mato Grosso, a empresas estrangeiras. O caso mais interessante é sobre a tensão envolvendo a venda de terras, em frente ao Forte de Coimbra, para a empresa argentina “Matte Laranjeira”, considerada pelos militares um obstáculo à defesa, pois além de ocupar vasta extensão de terras à margem esquerda do rio Paraguai, nos limites com a Bolívia e o Paraguai, numa área considerada de segurança nacional, a empresa só empregava em seus quadros funcionários argentinos e paraguaios.

Com relação ao Brasil, o número de páginas produzidas no relatório do general Waldomiro aumenta consideravelmente, levando em conta a dinâmica política do momento e os interesses em produzir informações que sustentariam as decisões do Estado. O estudo é constituído de informações do campo geopolítico, das relações comerciais, e das relações diplomáticas. O general destaca nos aspectos geográficos, as relações tensas nas fronteiras entre a Bolívia e o Paraguai, por conta da fragilidade nas definições limítrofes e do reconhecimento internacional.

Realçamos, no estudo, a definição real da situação política do Brasil, em relação à Bolívia, e ao Paraguai. Essa definição é marcada pelo posicionamento pró-Bolívia, apesar de tentar marcar o discurso, com o tom da condição de neutralidade, que caberia aos países que não estavam envolvidos diretamente com a guerra. A Bolívia é tratada como aliada dos interesses diplomáticos relacionados à manutenção das fronteiras definidas e reconhecidas internacionalmente, além dos interesses comerciais existentes. O Paraguai aparece no texto como um potencial inimigo das questões de fronteiras, que, apesar do discurso fraternal divulgado, poderia facilmente mudar seu posicionamento, com relação aos limites consagrados pela diplomacia brasileira. O general Waldomiro cita o caso da imprensa de Assunção, e a circulação de informações

obtidas nos livros didáticos adotados nas escolas paraguaias, contra o que poderíamos chamar de imperialismo brasileiro. Nas publicações escolares, o Brasil teria anexado parte do território paraguaio, após a guerra da Tríplice Aliança.

Outro ponto de tensão no estudo reforça a tese de disputa de poder regional, ao identificar a Argentina, junto com o Paraguai, como agentes de futuras complicações diplomáticas relacionadas, a uma provável invasão do território brasileiro do Mato Grosso. Para este caso, o autor utiliza como exemplo, a já citada empresa Matte Laranjeira, localizada na região fronteira ao Paraguai, que empregava um grande número de paraguaios, em condições de serem mobilizados pelo Exército de seu país de origem. Essa ação constituía assim, um grave ato atentatório à neutralidade brasileira e prejudicial às relações diplomáticas com a Bolívia. O general Waldomiro definiu a companhia de Matte Laranjeira como empresa perigosa aos interesses da Defesa Nacional na região, no caso do surgimento de conflitos militares na fronteira oeste.

O general Waldomiro aproveita o estudo e o momento político tenso para defender a reorganização das tropas brasileiras (Exército e Marinha) nas fronteiras oeste, principalmente, na área próxima ao conflito, por conta do que ele define como: *perigo de violação do nosso território pelas contingências das operações entre os beligerantes*. Defende, também, o aumento do efetivo, o aumento do material empregado pela tropa (artilharia e aviação), e a criação de serviços especiais (aprovisionamento, saúde e transporte), que garantam a eficiência, a vigilância, e que impeçam os beligerantes de utilizarem o território brasileiro como base de operações militares.

O autor conclui seu relatório enfatizando a importância estratégica do Forte Coimbra na organização da defesa terrestre e manutenção da soberania nacional. Faz um propagandístico apelo para que o governo dê preferência ao melhoramento das condições de defesa, através da revisão do armamento utilizado, do aumento do efetivo, e da dotação

de oficiais com melhor preparo profissional, mais adequado àquela realidade, de forma que possa reforçar o sistema de defesa, no rio Paraguai, executado pela guarnição do Forte. Essa passagem reflete bem os problemas relacionados à dificuldade no recompletamento de pessoal, em áreas de fronteiras inóspitas, consideradas localidades de difícil acesso para o poder público e para a sociedade que vive nas áreas mais desenvolvidas do litoral brasileiro. A precariedade do desenvolvimento urbano na região, o predomínio do aspecto rural, limitava a criação de estratégias de atração a todo tipo de funcionário público, da esfera federal, entre eles, os militares, que também se enquadravam nessa modalidade.

5. Reflexos para o Brasil

Em 12 de março de 1935, quando o Estado Maior do Exército produziu a *Synthese das Informações Colhidas Sobre a Guerra Boliviano-Paraguaya, no Chaco Boreal, e Seus Antecedentes*, foi registrado no documento, algumas reflexões, que deveriam ser debatidas no Alto Comando, como consequência do término da Guerra.

Entre essas reflexões podemos destacar que a maioria dos objetivos paraguaios foi conseguida por conta da sua vitória no conflito, independente das recomendações de um organismo internacional como a Sociedade das Nações, pois no fim, o que prevaleceu foram os interesses do Estado vencedor. Entre esses objetivos houve a expulsão dos bolivianos, de todo o território em disputa do Chaco Boreal.

Outros objetivos foram conquistas parciais, como foi o caso da aquisição dos poços petrolíferos existentes nos Departamentos bolivianos fronteiros, que já eram frequentados por paraguaios há bastante tempo.

Embora a descoberta de jazidas de petróleo, na Bolívia, ocorresse no século XIX e muitos empresários recebessem concessões para explorá-lo, a operação dos primeiros

poços, na bacia do Bermejo, só começou por volta de 1925, depois que a *Standard Oil of New Jersey* comprara as áreas dos empresários norte-americanos Richmond Levering, e William Braden / Spruille Braden. A *Standard Oil*, até aquela data encontrara petróleo em nove poços dos vinte e um perfurados e a Bolívia solicitou à Argentina autorização para construir em seu território, dois oleodutos, um dos quais desde Mirtle, à margem do Bermejo, até a estação ferroviária de Embarcación, e o outro, o principal, partindo da Yacuiba até o porto de Formosa, Santa Fé ou Campana, sobre o rio Paraná. O Presidente Hipólito Yrigoyen não a concedeu e havia suspeita de que tal negativa se deveu à influência da *Royal Dutch-Shell* e dos interesses britânicos, prevalecentes em Buenos Aires. Entretanto, o que efetivamente determinou foi a política, que o General Enrique Mosconi, Presidente da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), tratava de desenvolver, visando à completa nacionalização do petróleo na Argentina. A atitude da Argentina, deixara à Bolívia como alternativa tentar obter, pelas armas, uma saída através do Chaco, no rio Paraguai, sobretudo quando o Presidente Daniel Salamanca e as autoridades militares imaginaram que ela possuía imensas reservas de petróleo, capazes de abastecer o mundo e de fazê-la superar seu atraso econômico. Na verdade, as pesquisas pareciam assegurar a existência de extensos lençóis de petróleo junto ao lago Titicaca, em grande parte do Departamento de Cochabamba e, sobretudo, em uma curva, que desde os limites com o Peru aos 13° de latitude, seguia do Oeste ao Leste, desviando-se para o Sul até alcançar o meridiano 63, onde a formar um ângulo, tomava a direção Norte-Sul e atravessava a fronteira da Argentina.

A leste do meridiano 63, uma zona disputada do Chaco Boreal, nada indicava, a existência de petróleo, como no Paraguai se imaginava. A *Standard Oil* sabia que pequena era, se realmente havia, o fundamento para tal esperança e considerava mesmo improvável encontrá-lo em qualquer quantidade comercial a leste da linha dos marcos de fronteiras.

Cerca de vinte um poços, perfurados dentro do território da Bolívia, próximos à linha de separação da área litigiosa, não produziam mais que 1.000 b/d e estavam tão espalhados que se tornava antieconômico reuni-los em uma única localidade. Por isto, diante de resultados tão insatisfatórios, as instruções, emitidas desde 1931, foram no sentido de cessar as perfurações, realizando-se a última em 1932. O problema do petróleo, como fator que, em 1932, contribuiu para desencadeamento das hostilidades, merecia, no entanto, atenção, pois o Presidente da Bolívia Daniel Salamanca não confiava nos dados da *Standard Oil*, supunha que mais petróleo havia do que ela informava, e considerava que no caso das jazidas existentes, quer no Chaco quer ao longo do meridiano 63, dentro do território da Bolívia propriamente dito, as estações terminais dos oleodutos situados deveriam ser à margem direita do rio Paraguai. O Presidente Ausebio Ayala, do Paraguai, em 1928, propusera liquidar a questão do Chaco por meio de concessão à Bolívia de um corredor de saída com um porto em Villa Hayes, sobre o rio Paraguai.

Desde que perderam os portos do Pacífico, a ideia fixa dos bolivianos era sair da angustiada situação, em que se achavam. Saída para o mar era a preocupação constante da Bolívia. Mas na época o diplomata brasileiro Orlando Leite Ribeiro, servindo em Buenos Aires, informou ao General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, que a Argentina via com muita tensão a saída da Bolívia pelo rio Paraguai, dado que intensificaria o mercado com petróleo, matando sua recente indústria de Comodoro Rivadavia.

No relatório do General Waldomiro Castilho de Lima, encaminhado ao Conselho Superior de Guerra, houve apoio, nas informações transmitidas por Orlando Leite Ribeiro ao General Góes Monteiro e concluiu-se também que a questão do petróleo existente no Chaco, cujos lençóis se encontravam na Cordilheira Charaguá, preocupava seriamente a Argentina, que aí

percebia uma concorrência comercial, capaz de destruir a produção de Comodoro Rivadavia.

Houve um objetivo que não foi levado a frente, que era a invasão dos Departamentos de *Santa Cruz de La Sierra* e *El Beni* para a criação de um Estado tampão, sob o pretexto de que eram guaranis os filhos dessas terras. Se isso tivesse acontecido, a vitória paraguaia enfraqueceria de vez o Estado boliviano, tão desgastado por tantas derrotas, e levaria ao aumento das tensões na fronteira com o Brasil.

Do ponto de vista militar, o Paraguai contaria com um aliado certo, em uma guerra em que se empenhasse, e o território desse aliado envolveria mais estreitamente nossas fronteiras Oeste e Noroeste, o que não seria a desprezar se entre os contendores estivesse a Argentina. O perigo se estenderia até a bacia do rio Amazonas, na qual se poderiam infiltrar, eventualmente, tropas dos Exércitos coligados do Rio da Prata.

O novo Estado beneficiaria o Paraguai e agradaria muito a Argentina, pois ela já dominava economicamente o Paraguai e estenderia esse domínio à nova República. Os interesses do Brasil seriam atingidos, por conta do projeto de prolongar o Noroeste brasileiro até Santa Cruz de La Sierra, facilitando nossa participação no sistema ferroviário do Pacífico, que durante muito tempo foi adiado por influência contrária da Argentina.

A ligação do Atlântico ao Pacífico se fosse concretizada representaria um papel estratégico de importância indiscutível. O Brasil poderia, com o peso de sua força, fazer pender, no momento decisivo, a balança dos acontecimentos para o bloco dos Andes (Chile, Peru e Bolívia) ou para a bacia do Rio da Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai). Se fosse coroada de êxito a ideia do Estado tampão, as divergências de ordem internacional seriam capazes de desencadear uma conflagração continental.

Outro fato com repercussão no Brasil foi que, após a desmobilização paraguaia, as

dificuldades de encontrar trabalho levaram parte da população a expatriar-se para as regiões fronteiriças do Brasil, no ocidente do Paraná e Santa Catarina, e ao Sul do Mato Grosso do Sul, onde ocupavam antes da guerra, as industriais ervateiras e pastoris. Os problemas internos da Bolívia, criados pela desmobilização, não eram menos graves e atingiram regiões vizinhas na fronteira (Mato Grosso). Muito dos ex-combatentes, por falta de ocupação, em virtude da mudança de mentalidade trazida pela guerra, incorporaram aos grupos de banditismo que costumavam saquear as fazendas brasileiras da região fronteira dos municípios de Vila Bela e São Luiz de Cáceres.

Ao final desse estudo fica demonstrada, que a preocupação histórica com assuntos pertinentes à própria soberania do território brasileiro onde é reforçada a discussão sobre a necessidade do aumento do efetivo, do aparelhamento da tropa, das instalações e ampliação de recursos de defesa para a região precavendo-se contra futuros conflitos, e articulações políticas contrárias aos nossos interesses regionais, ainda se mantém atualizada.

Pela natureza do teatro de operações, a concentração de forças tornava-se difícil e vagarosa, dependente, praticamente, da navegação dos rios da região e da aviação, meios caros a força terrestre. Disputas por territórios fronteiriços, quando não resolvidos pela diplomacia dos Estados envolvidos, podem originar novos conflitos armados, pois uma das causas que figuram no seio da humanidade, levando às sociedades em diferentes tempos e espaços a guerra, está às disputas por território e nos dias atuais por recursos naturais renováveis ou não renováveis.

No entanto, para além da possibilidade de novas guerras interestatais, a segurança de uma região também deve ser medida por outros riscos, como o interesse de potências extrarregionais, narcotráfico e contrabando – e nesse quesito a história não mudou, só acrescentou novos elementos como o narcotráfico.

Referências

- BANDEIRA, L. A. M. A Guerra do Chaco. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 41 (1): 162-197, 1998.
- DORATIOTO, F. “As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1938)”. In Funag. *A visão do outro*. Seminário Argentino-Brasil. 1ª Ed. Brasília: FUNAG, 200.
- SILVEIRA, H. G. *Argentina X Brasil: a Questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: ED. PUCRS, 1997.
- EUZÉBIO, Emerson Flávio. *A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia)*. In: Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, Vol. 23, nº 1, Jan/Jun, 2014.
- FREITAS, J. M. da Costa (2004). *A Escola Geopolítica Brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.
- TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.